

**Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas**

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

31 de dezembro de 2017 e 2016
com Relatório do Auditor Independente

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2017 e 2016

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas... 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais.....	7
Demonstrações dos resultados.....	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Cruzeiro do Sul Educacional S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Reconhecimento de receita

As receitas da Companhia e de suas controladas são originadas substancialmente pela prestação de serviços de cursos de ensino superior (graduação e pós graduação). Os valores da receita são reconhecidos quando os serviços são prestados, conforme critérios de reconhecimento de receita incluídos na nota explicativa nº 2.4. A Companhia e suas controladas possuem controles manuais e controles automatizados, que são realizados mensalmente para registrar e monitorar o reconhecimento da receita dentro do adequado período contábil associado à época da prestação do serviço. Em função da magnitude dos valores envolvidos, volume de transações e natureza de suas operações, o assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria relacionados com o reconhecimento da receita incluíram, entre outros:

- Análise da adequação do momento do reconhecimento da receita, em bases amostrais, de transações incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, considerando as datas efetivas da prestação dos serviços, além de discussões sobre eventuais variações nos montantes da receita reconhecida no exercício as quais se apresentem de forma distinta das nossas expectativas;
- Testes de mensalidades provenientes de alunos aderidos ao Programa de Financiamento Estudantil - FIES, em bases amostrais, incluindo a análise da comprovação da adesão do aluno ao referido programa e regularidade dos contratos. Verificamos se as correspondentes receitas foram registradas no período adequado, tendo em vista a confirmação (aprovação) do financiamento pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;
- Análise, em bases amostrais, dos montantes faturados e sua reconciliação com os registros contábeis;
- Testes da apropriação ao resultado de receitas inicialmente reconhecidas como mensalidades antecipadas, em bases amostrais, e sua reconciliação com os registros contábeis;
- Avaliação da adequação das respectivas divulgações da Companhia sobre os critérios de reconhecimento da receita e montantes envolvidos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receita adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 2.4 e 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade do ágio por rentabilidade futura

De acordo com as práticas contábeis vigentes, a Companhia é requerida a proceder anualmente ao teste de recuperabilidade dos valores registrados como ativo intangível de vida útil indefinida, incluindo ágio. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo desta conta era R\$ 360.965 mil, e estão divulgados na nota explicativa nº 2.13 e 9.b às demonstrações financeiras.

Esse item foi considerado como um principal assunto de nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade do ágio é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas tais como: determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e suas controladas nos anos subseqüentes ao encerramento do ano corrente. Tais premissas poderão ser afetadas, de forma relevante, pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais ainda não podem ser estimados com precisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos principais procedimentos de auditoria relacionados ao assuntos incluíram, entre outros:

- Envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia, em particular relacionadas às estimativas de vendas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa descontados e margem de lucro;
- Testes de conferência dos valores contábeis utilizados nas projeções, bem como discussões com a administração para análise e definição das unidades geradoras de caixa;
- Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade do ágio, as quais estão incluídas nas notas explicativas anteriormente mencionadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 2.13 e 9.b, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e/ou suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e controladas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de março de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Emerson Bassetti', written over a vertical line.

Emerson Pompeu Bassetti
Contador CRC-1SP251558/O-0

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.179	8.368	76.410	43.878
Contas a receber	5	34.638	26.276	125.968	110.459
Tributos a recuperar		3.211	3.121	7.541	7.495
Outros créditos	6	4.080	2.380	16.841	7.219
Total do ativo circulante		46.108	40.145	226.760	169.051
Não circulante					
Contas a receber	5	599	886	1.075	1.787
Partes relacionadas	15	-	750	-	-
Depósitos judiciais		5.249	3.668	14.438	8.856
Outros créditos	6	-	-	19.600	-
Investimentos	7	491.080	451.986	122	122
Imobilizado, líquido	8	16.743	18.082	173.626	158.847
Intangível, líquido	9	4.066	4.066	425.615	442.818
Total do ativo não circulante		517.737	479.438	634.476	612.430
Total do ativo		563.845	519.583	861.236	781.481

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	50.014	27.217	54.823	33.510
Debêntures	11	15.292	15.621	39.451	15.976
Fornecedores		7.918	7.769	16.608	19.117
Obrigações com partes relacionadas	15	785	705	1.749	1.087
Obrigações trabalhistas	13	18.605	17.083	44.495	43.636
Obrigações tributárias	14	5.410	4.869	23.049	21.270
Dividendos a pagar		22.354	18.093	22.354	18.093
Adiantamento de clientes		3.344	3.195	15.216	11.873
Obrigações de arrendamento mercantil	12	-	-	1.282	-
Obrigações por aquisições de participações societárias	17	-	-	3.015	3.223
Receita diferida	18	-	-	842	-
Outras contas a pagar		524	467	696	636
Total do passivo circulante		124.246	95.019	223.580	168.421
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	-	34.352	3.371	41.494
Debêntures	11	54.604	69.802	152.204	191.324
Obrigações tributárias	14	40	139	27.743	32.489
Provisão para demandas judiciais	16	6.192	6.282	21.531	18.373
Obrigações de arrendamento mercantil	12	-	-	28.658	-
Obrigações por aquisição de participações societárias	17	-	-	5.000	7.500
Receita diferida	18	-	-	12.998	-
Outras contas a pagar		967	1.042	8.355	8.933
Total do passivo não circulante		61.803	111.617	259.860	300.113
Patrimônio líquido					
Capital social	20	88.775	68.372	88.775	68.372
Reservas de capital	20	200.246	176.203	200.246	176.203
Reservas de lucros	20	88.775	68.372	88.775	68.372
Total do patrimônio líquido		377.796	312.947	377.796	312.947
Total do passivo e patrimônio líquido		563.845	519.583	861.236	781.481

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação expresso em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita líquida	24	289.247	253.785	1.001.473	873.530
Custo dos serviços prestados	25	(203.681)	(182.918)	(579.398)	(525.566)
Lucro bruto		85.566	70.867	422.075	347.964
(Despesas) e receitas operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	25	(73.867)	(59.286)	(178.657)	(147.368)
Depreciação e amortização	25	(9.118)	(5.679)	(34.325)	(32.297)
Despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa	25	(12.217)	(12.679)	(44.856)	(35.943)
Resultado de equivalência patrimonial	7	122.673	111.600	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	1.507	(1.400)	(18.431)	1.701
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		114.544	103.423	145.806	134.057
Receitas financeiras	26	502	1.743	5.123	7.044
Despesas financeiras	26	(20.925)	(28.985)	(54.588)	(63.564)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		94.121	76.181	96.341	77.537
Imposto de renda e contribuição social	23	-	-	(2.220)	(1.356)
Lucro líquido do exercício		94.121	76.181	94.121	76.181
Média ponderada das ações no exercício	21	7.633.056	7.656.710		
Lucro básico e diluído por ação em reais	21	12,33	9,95		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	94.121	76.181	94.121	76.181
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	94.121	76.181	94.121	76.181

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Nota	Reserva de capital					Reserva de lucros				Total	
	Capital social	Ações em tesouraria	Emissão de ações	Futuro aumento de capital	Total das reservas de capital	Retenção de lucros	Reserva legal	Total das reservas de lucros	Lucros acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	30.489	(1.463)	164.967	37.883	202.850	24.204	6.285	30.489	-	262.365	
Aumento de capital	20.a	37.883	-	-	(37.883)	-	-	-	-	-	
Ações em tesouraria	20.b	-	(1.526)	-	-	-	-	-	-	(1.526)	
Cancelamento das ações em tesouraria	20.b	-	2.989	(2.989)	-	-	-	-	-	-	
Pagamento de dividendos adicionais propostos	20.e	-	-	-	-	(5.980)	-	(5.980)	-	(5.980)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	76.181	76.181	
Destinação do resultado do exercício											
Constituição da reserva legal	20.c	-	-	-	-	-	3.809	3.809	(3.809)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	20.e	-	-	-	-	-	-	-	(18.093)	(18.093)	
Transferência para reserva para futuro aumento de capital		-	-	-	14.225	14.225	-	-	(14.225)	-	
Retenção de lucros	20.e	-	-	-	-	40.054	-	40.054	(40.054)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2016		68.372	-	161.978	14.225	176.203	58.278	10.094	68.372	-	312.947
Aumento de capital	20.a	20.403	-	-	(14.225)	(14.225)	(4.036)	(2.142)	(6.178)	-	-
Pagamento de dividendos adicionais propostos	20.e	-	-	-	-	-	(6.918)	-	(6.918)	-	(6.918)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	94.121	94.121	
Destinação do resultado do exercício											
Constituição da reserva legal	20.c	-	-	-	-	-	4.706	4.706	(4.706)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	20.e	-	-	-	-	-	-	-	(22.354)	(22.354)	
Transferência para reserva para futuro aumento de capital		-	-	-	38.268	38.268	-	-	(38.268)	-	
Retenção de lucros	20.e	-	-	-	-	28.793	-	28.793	(28.793)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2017		88.775	-	161.978	38.268	200.246	76.117	12.658	88.775	-	377.796

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	94.121	76.181	96.341	77.537
Resultado de equivalência patrimonial	(122.673)	(111.600)	-	-
Depreciação e amortização	9.118	5.679	34.325	32.297
Amortização do custo de captação	54	54	206	120
Encargos financeiros sobre financiamentos	6.997	11.791	9.082	23.195
Juros incorridos sobre aquisição de controladas	-	-	(53)	1.054
Juros de debêntures	8.827	13.184	24.280	25.971
Ajuste a valor presente de ativos e passivos	106	-	1.847	-
Provisão para demanda judicial	(90)	1.328	3.158	464
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.217	12.679	44.856	35.943
Baixa de imobilizado e intangível	1	-	25.626	82
Decréscimo (acrécimo) em ativos				
Contas a receber	(20.398)	(8.488)	(60.002)	(37.946)
Adiantamento a funcionários	-	151	-	563
Depósitos judiciais	(1.581)	1.475	(5.582)	(167)
Outros créditos	(1.700)	103	(4.722)	1.335
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	149	2.501	(1.185)	5.557
Obrigações trabalhistas	1.522	2.132	(859)	3.151
Obrigações tributárias	352	473	(3.358)	(1.790)
Aluguéis com coligadas	80	-	(662)	-
Mensalidades antecipadas	149	(6)	3.343	163
Outras contas a pagar	(18)	(318)	(518)	(1.252)
	(12.767)	7.319	167.841	166.277
Imposto de renda e contribuição social pagos				
	-	-	(1.875)	(1.567)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais				
	(12.767)	7.319	165.966	164.710
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos de controladas	89.114	85.500	-	-
Obrigações por aquisição societária	-	-	(2.655)	(5.357)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(5.535)	(14.810)	-	-
Acrécimo no imobilizado	(2.904)	(4.970)	(32.489)	(53.573)
Acrécimo no intangível	(4.876)	(3.885)	(5.634)	(4.455)
Recebimento pela venda de ativo	-	-	1.000	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	75.799	61.835	(39.778)	(63.385)

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Ações em tesouraria	-	(1.526)	-	(1.526)
Dividendos pagos	(25.011)	(25.200)	(25.011)	(25.200)
Empréstimos e financiamentos pagos	(18.552)	(39.246)	(25.892)	(55.985)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	15.000	-	15.291
Pagamento de encargos financeiros de debêntures	(24.408)	(13.152)	(40.131)	(26.080)
Captação de arrendamento mercantil	-	-	31.064	-
Pagamento de arrendamento mercantil	-	-	(2.622)	-
Partes relacionadas	750	(750)	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(67.221)	(64.874)	(93.656)	(93.500)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(4.189)	4.280	32.532	7.825
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	8.368	4.088	43.878	36.053
No fim do exercício	4.179	8.368	76.410	43.878
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(4.189)	4.280	32.532	7.825

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Cruzeiro do Sul Educacional S.A. (“Cruzeiro do Sul Educacional” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo-SP, localizada na Rua Cesário Galeno, 432 – Tatuapé. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas têm como principais atividades a atuação na prestação de ensino em todos os níveis; a administração de atividade de educação infantil, ensino fundamental, médio, supletivo, pré-vestibular, superior, profissionalizantes, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas; o desenvolvimento do curso em geral e de extensão universitária e pós-graduação por meio presencial ou de qualquer sistema tecnológico de comunicação de dados diretamente para os consumidores, ou por meio de uma rede de parceiros, receptores do sinal televisivo ou de qualquer outro sistema de transmissão de dados; o oferecimento de cursos de aprendizagem, treinamento gerencial e profissional preparatórios para carreira jurídica, atualização profissional, extensão universitária, especialização e monógrafos; a prestação de serviço de promoção e organização de eventos relacionados ao setor de educação e cursos; o desenvolvimento e a ampliação do conteúdo dos cursos de pós-graduação oferecidos, bem como o desenvolvimento de novos cursos de pós-graduação nas diversas áreas do conhecimento, ministrados de forma tele presencial à distância; a prestação de serviços relativa a cursos, inclusive cursos de idioma e demais atividades correlatas; a edição de material didático, livros e demais atividades correlatas; a gestão de direitos autorais de obras literárias; a prestação de serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional em gestão empresarial no setor de educação; e a participação em outras sociedades, nacional ou estrangeira, na qualidade de sócia ou acionista controladora no setor de educação.

Em 31 de dezembro de 2017, a Cruzeiro do Sul Educacional e suas controladas contavam com 8 instituições de ensino superior e 5 colégios conforme abaixo:

- Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo – SP;
- Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo – SP;
- Universidade de Franca, Franca – SP;
- Centro Universitário Módulo, Caraguatatuba – SP;
- Centro Universitário do Distrito Federal, Brasília – DF;
- Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio, Salto e Itu – SP;
- Faculdade São Sebastião – São Sebastião – SP;
- Faculdade Caraguatatuba, Caraguatatuba – SP;
- Colégio Cruzeiro do Sul, São Paulo – SP;
- Colégio Alto Padrão, Franca – SP;
- Colégio São Sebastião, São Sebastião – SP;
- Colégio Itu, Itu – SP; e
- Colégio Salto, Salto – SP.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão sendo divulgados na nota explicativa 3.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração da Companhia em 23 de março de 2018.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Razão social	País sede	31/12/2017	31/12/2016
Participação Direta			
Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal Ltda. ("UDF")	Brasil	99,98%	99,98%
Sociedade Empresária de Ensino Superior do Litoral Norte Ltda. ("Módulo")	Brasil	99,40%	99,40%
Sociedade Educacional Cidade de São Paulo Ltda. ("Unicid" ou "SECID")	Brasil	99,99%	99,99%
ACEF S.A. ("Unifran")	Brasil	99,99%	99,99%
Participação Indireta			
Uni Cidade Trust de Recebíveis S.A. ("Trust")	Brasil	99,99%	99,99%
Instituição de Ensino São Sebastião Ltda. ("FASS")	Brasil	99,99%	99,99%
Colégio São Sebastião – Educação Infantil e Ensino Fundamental Ltda. ("Colégio São Sebastião")	Brasil	99,99%	99,99%
Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda. ("CEUNSP")	Brasil	99,99%	99,99%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando práticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados na consolidação.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

2.2. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, somada ao valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.2. Combinação de negócios--continuação

Ao adquirir um negócio, a Companhia e/ou suas controladas avaliam os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e/ou de suas controladas que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente se outros ativos ou passivos da adquirida estiverem relacionados a essas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Todas as aquisições efetuadas até o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram realizadas pela aquisição integral das quotas das empresas adquiridas, ou seja, sem o envolvimento e, conseqüentemente, necessidade de mensurar a participação não controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.3. Classificação circulante e não circulante

A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- (ii) for mantido principalmente para negociação;
- (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- (i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- (ii) for mantido principalmente para negociação;
- (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- (iv) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia e suas controladas classificam todos os demais passivos no não circulante.

2.4. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e/ou suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de serviços

As receitas incluem mensalidades de ensino de nível superior (graduação e pós graduação), ensino médio e fundamental, presenciais ou à distância, mensalidade de cursos de extensão e taxas de serviços. As receitas são registradas quando os serviços são prestados.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.4. Reconhecimento de receita--continuação

Venda de produtos

A receita de venda de livros e apostilas é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.5. Tributos

Em decorrência da alteração da forma jurídica da Companhia, os seguintes eventos passaram a ocorrer a partir de 1º de outubro de 2011:

- (i) Término da imunidade tributária no âmbito do Imposto Sobre Serviços ("ISS");
- (ii) Incidência de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre o lucro real anual, ajustado pelo cálculo do lucro da exploração.
- (iii) Incidência de PIS e COFINS cumulativo e não cumulativo sobre a receita bruta mensal, exceto as isentas pelo PROUNI (Programa Universidade para Todos).

A Uni Cidade Trust de Recebíveis S.A. não possui nenhum benefício fiscal e efetua sua tributação normalmente com as taxas usuais, sendo tributada pelo lucro real anual.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia e suas controladas são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.5 Tributos--continuação

O imposto de renda e a contribuição social nas sociedades que aderiram ao PROUNI foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente aplicáveis ao PROUNI e apurado considerando o lucro da exploração sobre as atividades isentas.

De acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1394 de 12/09/2013 (IN 1394/13), a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, não beneficente, que aderir ao PROUNI nos termos do art. 5º da Lei nº 11.096 de 2005, ficará isenta na proporção da ocupação efetiva das bolsas (POEB) durante o período de vigência do termo de adesão dos seguintes tributos: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS); Contribuição para o PIS/Pasep; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). A isenção é apurada através do lucro da exploração, observando o disposto da IN 1394/13.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.5 Tributos--continuação

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Tributos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos tributos sobre vendas; e
- quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Para a Companhia e suas controladas, as regras do PROUNI definem que estão isentas do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%. A partir de julho de 2015 a Companhia e suas controladas, passaram a recolher 0,65% de PIS e 4,00% de Cofins respectivamente decorrentes de receitas com aplicações financeiras.

Sob as receitas das atividades de ensino, incide o ISS e de acordo com cada Município as alíquotas são de 2,00% a 5,00%.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.7. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia e/ou suas controladas incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros recebíveis e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado;
- Empréstimos e contas a receber;
- Investimentos mantidos até o vencimento;
- Investimentos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia e/ou suas controladas não possuem investimentos mantidos até o vencimento ou investimentos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e/ou suas controladas que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.7 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente--continuação

Derivativos e ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- São transferidos seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) não foram transferidos nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo com o ativo.

O envolvimento contínuo que toma a forma de garantia em relação ao ativo transferido é mensurado com base no valor contábil original do ativo ou no valor máximo da contraprestação que poderia ser exigido que fosse amortizado, dos dois o menor.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.7 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente--continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e/ou suas controladas avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” ocorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia e/ou suas controladas inicialmente avaliam individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos.

Se a Companhia e/ou suas controladas concluírem que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja, ou continue a ser, reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas e ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.7 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente--continuação

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia e/ou suas controladas. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou como derivativos classificados como instrumento de hedge, conforme o caso.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia e/ou suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.7 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente--continuação

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e/ou suas controladas que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 – Derivativos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.8. Instrumentos financeiros - derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia e/ou suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, principalmente swaps, para fornecer proteção contra o risco de variação cambial sobre empréstimos em moeda estrangeira.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

Para fins de contabilidade de hedge (hedge accounting), a Companhia e/ou suas controladas classificam suas operações como hedge de valor justo, pois tais operações fornecem proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia e/ou suas controladas classificam formalmente e documentam a relação de hedge à qual se deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge.

Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

A mudança no valor justo de um derivativo de hedging é reconhecida na demonstração do resultado no resultado financeiro. A mudança no valor justo do item objeto de hedge relacionada ao risco objeto de hedge é registrada como ajuste do valor contábil do item objeto de hedge, sendo também reconhecida na demonstração do resultado no resultado financeiro.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.8. Instrumentos financeiros - derivativos e contabilidade de hedge--continuação

A Companhia e suas controladas utilizam contratos de swap com o objetivo de proteger a exposição a variações no valor justo dos empréstimos em moeda estrangeira.

2.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia e suas controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registramos o ajuste.

2.10. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição. O ágio relativo à controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem individualmente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da controlada. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a controlada são eliminados em proporção à participação na controlada. A soma da participação da Companhia nos resultados de uma controlada é apresentada na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores nas controladas.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.10. Investimento em controladas--continuação

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda, quando aplicável, no resultado do exercício.

Ao perder influência significativa sobre a controlada, mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação, serão reconhecidos no resultado.

2.11. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos como parte do custo do imobilizado em construção.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e/ou suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.11. Imobilizado--continuação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e/ou suas controladas irão obter as propriedades ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Acervo bibliográfico	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos audiovisuais	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(a)

(a) Com base nos contratos de locação, a vida útil das benfeitorias em propriedades de terceiros gira em torno de 4,0% a 10,0% a.a. variando de acordo com o período de locação.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.12. Arrendamento mercantil

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia e/ou suas controladas basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.12. Arrendamento mercantil--continuação

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia e/ou suas controladas obterão a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

A Companhia possui um contrato de aluguel de imóvel, classificado como arrendamento mercantil financeiro em uma operação de venda e leaseback financeiro.

Os arrendamentos mercantis financeiros são aqueles em que a arrendadora transfere substancialmente riscos e benefícios inerentes a propriedade a arrendatária, o recebível é então reconhecido pelo menor valor entre o valor justo e valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros referentes ao arrendamento financeiro são reconhecidos na demonstração de resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os juros decorrentes do arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o seu período de vigência contratual.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.13. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.14. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido do valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital aplicável para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 30 de setembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente (em 30 de setembro), individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.15. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e/ou suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.16. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.17. Adiantamento de clientes

São apresentados no passivo circulante e correspondem aos valores recebidos antecipadamente, relativos a cursos que serão ministrados no período seguinte e que são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

2.18. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício dividido pelo número de ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

A Companhia e/ou suas controladas não possuem operações com instrumentos diluidores que influenciam no cálculo do lucro diluído, portanto, o lucro diluído por ação é igual ao valor do lucro básico por ação.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.19. Informação por segmento

A Companhia e/ou suas controladas estão organizadas em um único segmento operacional. Os cursos oferecidos, seus campus e pólos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes.

2.20. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria, por exemplo) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda deve ser reconhecido no resultado na compra, venda emissão ou cancelamento de instrumentos patrimoniais da própria entidade. Montantes pagos ou recebidos são contabilizados diretamente no patrimônio.

2.21 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2017

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

Alterações à IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa: Iniciativa de divulgação

As alterações exigem que as entidades apresentem divulgação das mutações em seu passivo decorrentes das atividades de financiamento, inclusive as mutações decorrentes dos fluxos de caixa e mutações que não afetam o caixa (tais como as de variações cambiais). A Companhia forneceu informações para o período atual e para fins de comparação na nota explicativa 19.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

2.22 Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas em 31 de dezembro de 2017 são abaixo apresentadas:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018.

A companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas, seguindo a IFRS 9.

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas. Em geral, A Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido, além disso, a Companhia implementará mudanças na classificação de certos instrumentos financeiros.

(a) Classificação e mensuração

A Companhia não espera um impacto significativo em seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9.

Empréstimos, bem como contas a receber de clientes, são mantidos para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia analisou as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos e concluiu que eles atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado de acordo com a IFRS 9. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

(b) Redução ao valor recuperável

A IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, em montante suficiente para cobrir as perdas, de acordo com análise dos percentuais históricos, considerando o período de maturação na carteira de clientes e a inadimplência do período.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

(c) Contabilidade de hedge

A Companhia determinou que todas as relações de hedge existentes atualmente designadas como relações de hedge eficazes continuarão a ser qualificadas para fins de contabilização de hedge de acordo com a IFRS 9. Uma vez que a IFRS 9 não altera os princípios gerais de como uma entidade contabiliza hedges efetivos, a aplicação dos requisitos de hedge da IFRS 9 não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

A IFRS 15 foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS.

A aplicação é exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. O IFRS 15 elimina a obrigatoriedade de se considerar o componente de financiamento significativo somente para contratos com prazo superior a doze meses, em relação ao cálculo de AVP (ajuste a valor presente). Em 2016, a Companhia realizou uma avaliação preliminar da IFRS 15, que foi continuada com uma análise mais detalhada, concluída em 2017. A Companhia atua na prestação de serviços educacionais de todos os níveis, incluindo a edição de materiais didáticos, livros e demais atividades correlatas.

(a) Venda de bens

Para contratos com clientes em que geralmente se espera a venda de materiais didáticos, a adoção da IFRS 15 não deverá ter impacto na receita e no resultado da Companhia.

(b) Contraprestação variável

Alguns contratos com clientes oferecem direito à devolução da matrícula/mensalidade parcial, conforme contrato, ou descontos comerciais.

Atualmente, a Companhia reconhece a receita de serviços mensurados ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de retornos e subvenções e descontos comerciais.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

(c) Prestação de serviços

De acordo com a IFRS 15, a alocação da receita de serviços será efetuada com base nos contratos de prestação de serviços educacionais, individuais.

A Companhia concluiu que os serviços são atendidos ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. Conseqüentemente, de acordo com a IFRS 15, a Companhia continuaria a reconhecer a receita desses contratos de serviços/componentes de serviços de contratos agrupados ao longo do tempo, em vez fazê-lo de forma pontual.

Dessa forma, quando da adoção da IFRS 15, a Companhia não terá impacto relevante no registro do contas a receber.

(d) Adiantamentos recebidos de clientes

Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos somente de curto prazo de seus clientes. De acordo com a política contábil atual, a Companhia apresenta referidos adiantamentos como Receita diferida na rubrica passivo circulante no balanço patrimonial.

De acordo com a IFRS 15, a Companhia deve determinar se existe um componente de financiamento significativo em seus contratos. A Companhia concluiu que não há um componente de financiamento significativo nesses contratos.

(e) Exigências de apresentação e divulgação

As exigências de apresentação e divulgação na IFRS 15 são mais detalhadas do que nas IFRS em vigor, representam uma mudança significativa com relação à prática em vigor e aumentam significativamente o volume de divulgações exigidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 2017, a Companhia continuou a testar sistemas adequados, controles internos, políticas e procedimentos necessários para coletar e divulgar as informações necessárias.

A Administração da Companhia avaliou os impactos da adoção do IFRS 15 e entende que não terão impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--continuação

IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 (CPC - 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil) foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, a IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, o SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos - e o SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

Em 2018, a Companhia e suas subsidiárias avaliarão o efeito potencial da IFRS 16 nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e/ou suas controladas requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão relacionados a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. A Companhia e/ou suas controladas utilizam seu julgamento para escolher os dados e premissas utilizados nestas avaliações. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--continuação

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas no curso normal dos negócios a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações sobre os processos judiciais ou procedimentos administrativos, a Companhia e suas controladas, podem ser adversamente afetadas, independente do respectivo resultado final.

Conforme exposto, não é possível garantir que estas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, nem que estas autuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos quanto dos judiciais.

Tributos

Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada. A Companhia e/ou suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	75	57	87	142
Equivalentes de caixa	4.104	8.311	76.323	43.736
Total	4.179	8.368	76.410	43.878

Equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Mensalidades	(a)	76.192	54.582	223.545	158.014
Crédito universitário	(b)	2.158	4.520	18.200	39.387
Acordos em andamento	(c)	4.234	10.345	14.969	30.314
Outras contas a receber		5.768	2.881	17.377	10.144
Subtotal		88.352	72.328	274.091	237.859
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(53.009)	(45.166)	(146.699)	(125.613)
Ajuste a valor presente		(106)	-	(349)	-
Total		35.237	27.162	127.043	112.246
	Circulante	34.638	26.276	125.968	110.459
	Não circulante	599	886	1.075	1.787

(a) Corresponde às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino.

(b) Compreende as mensalidades a receber objeto de financiamento mediante os programas disponíveis na Controladora e suas controladas.

FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto a Caixa Econômica Federal - CEF ou Banco do Brasil e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias e tributos federais, bem como convertidos em caixa por meio de leilões de títulos do Tesouro Nacional.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores gerados na modalidade FIES de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo programa. A Companhia é responsável por uma parcela de uma eventual inadimplência do aluno para com o FNDE de acordo com a modalidade de contrato celebrado. Para os contratos com fiador, a Companhia é responsável por 15% de eventual inadimplência do aluno. Para os contratos garantidos pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativa - FGEDUC, a Companhia é responsável por 3% da inadimplência para os contratos assinados antes de 3 de abril de 2012 e de 1,5% para os contratos assinados após esta data.

Em dezembro de 2014, o Ministério da Educação e Cultura - MEC definiu as portarias normativas n.º 21 e n.º 23 que modificam principalmente o fluxo de pagamentos às instituições educacionais reduzindo a quantidade anual de repasses pelo MEC, além de impor novas regras de pontuação mínima sobre o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM para os alunos ingressantes a partir de março de 2015.

- (c) Referem-se a mensalidades renegociadas, acrescidas de juros e atualização monetária pelos índices contratuais, registrados pelo regime de competência. Tais renegociações ocorrem, principalmente, por meio de cheques pré-datados e cartões de crédito.
- (d) A Companhia e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber, considerando evidências objetivas de perda incorrida. A evidência objetiva de perda é observada na análise dos percentuais históricos (índices) de recuperação de valores abertos, considerando o período de maturação na carteira de clientes e a inadimplência do período. A Companhia e suas controladas constituem provisão integral para os títulos vencidos acima de 180 dias.

A movimentação da provisão para créditos para liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31/12/2015	40.305	106.801
Constituições de provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.679	35.943
Baixa para perdas	(7.818)	(17.131)
Saldos em 31/12/2016	45.166	125.613
Constituições de provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.217	44.856
Baixa para perdas	(4.374)	(23.770)
Saldos em 31/12/2017	53.009	146.699

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é apresentada a seguir:

	Controladora			
	31/12/2017	%	31/12/2016	%
A vencer				
Crédito universitário	2.158	2%	4.520	6%
Mensalidade a receber	17.109	19%	-	-
Acordos em andamento	392	0%	2.200	3%
Outras contas a receber	5.316	6%	2.881	4%
Vencidos				
Até 180 dias	10.368	12%	17.561	24%
Acima de 180 dias	53.009	61%	45.166	63%
Total	88.352	100%	72.328	100%

	Consolidado			
	31/12/2017	%	31/12/2016	%
A vencer				
Crédito universitário	18.200	7%	39.387	17%
Mensalidades a receber	61.300	22%	60	0%
Acordos em andamento	1.936	1%	5.532	2%
Outras contas a receber	15.680	6%	10.144	4%
Vencidos				
Até 180 dias	30.276	11%	57.123	24%
Acima de 180 dias	146.699	53%	125.613	53%
Total	274.091	100%	237.859	100%

6. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Contas a receber de venda de imóvel (a)	-	-	24.500	-
Adiantamentos	1.499	-	3.957	-
Outros créditos	2.581	2.380	7.984	7.219
Total	4.080	2.380	36.441	7.219
Circulante	4.080	2.380	16.841	7.219
Não circulante	-	-	19.600	-

(a) Refere-se a compromisso de compra e venda celebrado em 20 de março de 2017 pela controlada indireta Ceunsp com a Motriz Participações Ltda. Os valores a custo do imóvel e mais valia foram baixados e reconhecidos de acordo com os critérios de reconhecimento inicial de que tratam o CPC 06, divulgados na nota explicativa 8.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos

a) Composição dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Sociedade Civil de Educação e Cultura do Litoral Norte Ltda. (Módulo)	12.558	(1.986)	-	-
Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal Ltda. (UDF)	58.685	44.025	-	-
Soc. Educ. Cidade de São Paulo Ltda. (Unicid)	44.279	22.323	-	-
ACEF S.A. (Unifran)	43.427	34.045	-	-
	158.949	98.407	-	-
Ágio não incorporado gerado na aquisição da Módulo	9.026	9.026	-	-
Ágio não incorporado gerado na aquisição da UDF	43.251	43.251	-	-
Ágio não incorporado gerado na aquisição da Unicid	152.974	153.602	-	-
Ágio não incorporado gerado na aquisição da Unifran	121.290	126.215	-	-
	326.541	332.094	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital na Módulo	2.835	15.730	-	-
Aumento de capital na "Módulo"	2.700	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital na Unifran	-	5.700	-	-
Total	491.025	451.931	-	-
Acervo Histórico	55	55	122	122
Total	491.080	451.986	122	122

b) Movimentação dos investimentos

	Módulo	UDF	Unicid	Unifran	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	16.651	69.825	165.011	159.534	411.021
Equivalência patrimonial	(2.991)	39.051	51.969	32.752	120.781
Efeito líquido da combinação de negócios (i)	-	-	(4.255)	(4.926)	(9.181)
Equivalência patrimonial total	(2.991)	39.051	47.714	27.826	111.600
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.110	-	-	5.700	14.810
Distribuição de lucros	-	(21.600)	(36.800)	(27.100)	(85.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	22.770	87.276	175.925	165.960	451.931
Equivalência patrimonial	(1.186)	41.660	62.056	25.697	128.227
Efeito líquido da combinação de negócios (i)	-	-	(628)	(4.925)	(5.554)
Equivalência patrimonial total	(1.186)	41.660	61.428	20.771	122.673
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.835	-	-	-	2.835
Aumento de capital	2.700	-	-	-	2.700
Distribuição de lucros	-	(27.000)	(40.100)	(22.014)	(89.114)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	27.119	101.936	197.253	164.717	491.025

(i) Efeito das amortizações dos intangíveis identificados quando da combinação de negócios e reconhecidas na forma de ajuste à equivalência patrimonial na Companhia.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Sumário do balanço patrimonial e da demonstração do resultado das controladas diretas

	31 de dezembro de 2016			
	Módulo	UDF	Unicid	Unifran
% de Participação	99,40%	99,98%	99,99%	99,99%
Ativo circulante	4.324	20.622	48.869	46.226
Ativo não circulante	25.966	43.266	33.541	152.028
Total do ativo	30.290	63.888	82.410	198.254
Passivo circulante	6.732	10.927	24.885	23.078
Passivo não circulante	9.814	8.936	35.202	135.431
Patrimônio líquido	13.744	44.025	22.323	39.745
Total do passivo e patrimônio líquido	30.290	63.888	82.410	198.254
Receita líquida	19.446	110.801	222.205	257.321
Custo dos serviços prestados	(11.333)	(50.535)	(123.627)	(144.633)
Despesas operacionais, líquidas.	(9.244)	(20.866)	(43.785)	(54.479)
Despesas financeiras, líquidas.	(1.860)	(349)	(2.686)	(24.238)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(138)	(1.219)
Lucro líquido (prejuízo)	(2.991)	39.051	51.969	32.752
	31 de dezembro de 2017			
	Módulo	UDF	Unicid	Unifran
% de Participação	99,40%	99,98%	99,99%	99,99%
Ativo circulante	7.764	24.463	63.379	83.351
Ativo não circulante	24.783	50.865	36.396	169.177
Total do ativo	32.547	75.328	99.775	252.528
Passivo circulante	8.329	8.942	25.193	55.175
Passivo não circulante	6.125	7.703	30.303	153.926
Patrimônio líquido	18.093	58.685	44.279	43.427
Total do passivo e patrimônio líquido	32.547	75.330	99.775	252.528
Receita líquida	31.808	125.280	264.191	290.947
Custo dos serviços prestados	(17.546)	(55.103)	(138.396)	(152.907)
Despesas operacionais, líquidas.	(14.071)	(26.727)	(58.797)	(89.189)
Despesas financeiras, líquidas.	(1.376)	(1.358)	(4.682)	(21.626)
Imposto de renda e contribuição social	(1)	(432)	(260)	(1.528)
Lucro líquido (prejuízo)	(1.186)	41.660	62.056	25.697

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

a) Controladora

	% - Taxa depreciação	31/12/2017			31/12/2016		
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Acervo bibliográfico	10	9.509	(7.176)	2.333	8.974	(6.714)	2.260
Equipamentos de informática	20	14.346	(11.967)	2.379	13.466	(10.909)	2.557
Máquinas e equipamentos	10	22.033	(17.502)	4.531	21.637	(16.366)	5.271
Móveis e utensílios	10	12.684	(10.245)	2.439	12.221	(9.760)	2.461
Instalações	10	2.411	(2.023)	388	2.411	(1.852)	559
Benfeitorias	(a)	6.392	(2.665)	3.727	5.167	(2.069)	3.098
Outras Imobilizações	10	1.824	(878)	946	2.529	(653)	1.876
		69.199	(52.456)	16.743	66.405	(48.323)	18.082

(a) Benfeitorias em imóveis de terceiros referem-se aos gastos com reformas nos campi nos quais os imóveis são alugados. A amortização destas benfeitorias está sendo realizada de acordo com o prazo previsto no respectivo contrato de locação, a taxa é de 4% a 10% ao ano, sendo este menor do que a vida útil da benfeitoria.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

	% - Taxa depreciação	31/12/2017			31/12/2016		
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Terrenos	-	-	-	-	14.452	-	14.452
Edificações	4	-	-	-	15.786	(790)	14.996
Acervo bibliográfico	10	34.021	(20.229)	13.792	31.950	(17.763)	14.187
Equipamentos de informática	20	54.436	(41.041)	13.395	49.890	(36.766)	13.124
Máquinas e equipamentos	10	60.857	(38.341)	22.516	55.801	(34.651)	21.150
Móveis e utensílios	10	45.640	(28.072)	17.568	42.402	(25.309)	17.093
Instalações	10	22.499	(20.175)	2.324	22.391	(18.575)	3.816
Benfeitorias	(a)	30.082	(6.876)	23.206	15.058	(4.338)	10.720
Imobilizações em andamento	-	46.572	-	46.572	45.607	-	45.607
Propriedade de arrendamento mercantil	4	31.064	(557)	30.507	-	-	-
Outras Imobilizações	10	6.309	(2.563)	3.746	5.600	(1.898)	3.702
		331.480	(157.854)	173.626	298.937	(140.090)	158.847

(a) Benfeitorias em imóveis de terceiros referem-se aos gastos com reformas nos campi nos quais os imóveis são alugados. A amortização destas benfeitorias está sendo realizada de acordo com o prazo previsto no respectivo contrato de locação, a taxa é de 4% a 10% ao ano, sendo este menor do que a vida útil da benfeitoria.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A demonstração da movimentação imobilizada nos exercícios:

a) Controladora

Controladora – Movimentação											
	Saldos em					Saldos em					Saldo em
	31/12/2015	Adições	Baixas	Reclas.	Transf.	31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2017	
Custo											
Acervo bibliográfico	8.856	118	-	-	-	8.974	535	-	-	9.509	
Equipamentos de informática	11.891	1.593	(18)	-	-	13.466	909	(29)	-	14.346	
Máquinas e equipamentos	21.050	708	(121)	-	-	21.637	447	(51)	-	22.033	
Móveis e utensílios	11.364	872	(15)	-	-	12.221	493	(30)	-	12.684	
Instalações	2.412	-	(1)	-	-	2.411	-	-	-	2.411	
Benfeitorias em propriedades de terceiros	5.099	-	-	-	68	5.167	-	-	1.225	6.392	
Outras imobilizações	973	1.679	-	(55)	(68)	2.529	520	-	(1.225)	1.824	
Sub-total	61.645	4.970	(155)	(55)	-	66.405	2.904	(110)	-	69.199	

Controladora - Movimentação											
	Saldos em					Saldos em					Saldos em
	31/12/2015	Adições	Baixas	Reclas.	Transf.	31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2017	
Depreciação											
Acervo bibliográfico	(6.242)	(472)	-	-	-	(6.714)	(462)	-	-	(7.176)	
Equipamentos de informática	(10.099)	(828)	18	-	-	(10.909)	(1.088)	30	-	(11.967)	
Máquinas e equipamentos	(15.182)	(1.304)	120	-	-	(16.366)	(1.186)	50	-	(17.502)	
Móveis e utensílios	(9.234)	(538)	12	-	-	(9.760)	(506)	21	-	(10.245)	
Instalações	(1.651)	(202)	1	-	-	(1.852)	(171)	-	-	(2.023)	
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(1.555)	(514)	-	-	-	(2.069)	(604)	8	-	(2.665)	
Outras imobilizações	(471)	(182)	-	-	-	(653)	(225)	-	-	(878)	
Sub-total	(44.434)	(4.040)	151	-	-	(48.323)	(4.242)	109	-	(52.456)	
	17.211	930	(4)	(55)	-	18.082	(1.338)	(1)	-	16.743	

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

Consolidado - Movimentação											
	Saldos em 31/12/2015					Saldos em 31/12/2016					Saldos em 31/12/2017
	Adições	Baixas	Reclassif.	Transf.		Adições	Baixas	Transf.			
Custo											
Terrenos	-	-	-	-	-	-	(14.452)	-	-	-	
Prédios	-	-	-	-	-	-	(15.786)	-	-	-	
Acervo bibliográfico	2.158	35	-	-	-	2.071	-	-	-	34.021	
Equipamentos de informática	6.099	(111)	-	-	-	4.870	(324)	-	-	54.436	
Máquinas e equipamentos	6.772	(266)	-	-	-	5.131	(75)	-	-	60.857	
Móveis e utensílios	6.330	(89)	-	-	-	3.304	(66)	-	-	45.640	
Instalações	26	(13)	-	-	-	108	-	-	-	22.499	
Benfeitorias em propriedades de terceiros	-	-	-	1.820	-	59	-	14.965	-	30.082	
Imobilizações em andamento	29.962	-	-	(1.820)	-	16.117	(187)	(14.965)	-	46.572	
Propriedade de arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	31.064	-	-	-	31.064	
Outras imobilizações	2.226	(3)	(854)	-	-	829	(120)	-	-	6.309	
Sub-total	53.573	(447)	(854)	-	-	63.553	(31.010)	-	-	331.480	

Consolidado - Movimentação											
	Saldos em 31/12/2015					Saldos em 31/12/2016					Saldos em 31/12/2017
	Adições	Baixas	Reclassif.	Transf.		Adições	Baixas	Transf.			
Depreciação											
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Prédios	(790)	-	-	-	-	(145)	935	-	-	-	
Acervo bibliográfico	(2.336)	-	-	-	-	(2.466)	-	-	-	(20.229)	
Equipamentos de informática	(3.855)	112	-	-	-	(4.596)	321	-	-	(41.041)	
Máquinas e equipamentos	(3.472)	244	-	-	-	(3.756)	66	-	-	(38.341)	
Móveis e utensílios	(2.445)	67	-	-	-	(2.826)	63	-	-	(28.072)	
Instalações	(1.710)	-	-	-	-	(1.600)	-	-	-	(20.175)	
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(1.465)	-	-	-	-	(2.545)	7	-	-	(6.876)	
Propriedade de arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	(557)	-	-	-	(557)	
Outras imobilizações	(614)	-	-	-	-	(759)	94	-	-	(2.563)	
Sub-total	(16.687)	423	-	-	-	(19.250)	1.486	-	-	(157.854)	
Total	36.886	(24)	(854)	-	-	44.303	(29.524)	-	-	173.626	

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Arrendamentos mercantis financeiros

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 35.334 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 5.791). Houveram adições ao imobilizado durante o exercício no valor de R\$ 31.211 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 750) de itens sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro, que são garantidos pelos próprios bens objeto dos contratos.

Abaixo é apresentada a movimentação dos saldos de ativos de arrendamento mercantil financeiro:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo anterior	5.791	6.102
(+) Adição	31.211	750
(-) Baixa/adiação	(81)	-
(-) Amortização	(1.646)	(1.061)
(+)Baixa/depreciação	59	-
Saldo final	35.334	5.791

9 Intangível

a) Controladora

/Descrição	% taxa de amortização	<u>31/12/2017</u>			<u>31/12/2016</u>		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Softwares	10%	14.154	(10.088)	4.066	9.291	(5.225)	4.066
		14.154	(10.088)	4.066	9.291	(5.225)	4.066

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

Descrição	% taxa de amortização	31/12/2017			31/12/2016		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Ágios							
Módulo (a)	(b)	9.026	-	9.026	9.026	-	9.026
UDF (a)	(b)	43.251	-	43.251	43.251	-	43.251
Unicid (a)	(b)	126.789	-	126.789	126.789	-	126.789
Unifran (a)	(b)	107.924	-	107.924	107.924	-	107.924
FASS (a)	(b)	7.728	-	7.728	7.728	-	7.728
Colégio São Sebastião (a)	(b)	3.028	-	3.028	3.028	-	3.028
CEUNSP (a)	(b)	63.219	-	63.219	70.981	-	70.981
Outros intangíveis							
Software	10% a.a	18.209	(13.207)	5.002	12.697	(7.511)	5.186
Unicid							
Marca Unicid	4% a.a	13.021	(2.776)	10.245	13.021	(2.264)	10.757
Carteira de alunos - Graduação	23% a.a	15.645	(15.645)	-	15.645	(15.645)	-
Carteira de alunos - Outros	42% a.a	942	(940)	2	942	(940)	2
Pólos de ensino	20% a.a	996	(998)	(2)	996	(882)	114
Licenças MEC - Medicina	(b)	15.940	-	15.940	15.940	-	15.940
Unifran							
Marca Unifran	4% a.a	11.652	(2.017)	9.635	11.652	(1.568)	10.084
Carteira de alunos - Graduação	22% a.a	16.507	(16.507)	-	16.507	(12.838)	3.669
Carteira de alunos - Outros	53% a.a	3.644	(3.027)	617	3.644	(2.821)	823
Pólos de ensino	20% a.a	3.010	(2.711)	299	3.010	(2.109)	901
Licenças MEC - Medicina	(b)	3.020	-	3.020	3.020	-	3.020
FASS							
Relacionamento com clientes	20% a.a	509	(289)	220	509	(187)	322
Cláusula de não Concorrência	20% a.a	899	(510)	389	899	(330)	569
Colégio São Sebastião							
Relacionamento com clientes	11% a.a	936	(295)	641	936	(191)	745
Cláusula de não Concorrência	20% a.a	282	(159)	123	282	(104)	178
CEUNSP							
Marca	4% a.a	10.787	(820)	9.967	10.787	(410)	10.377
Relacionamento com clientes	11% a.a	6.085	(2.434)	3.651	6.085	(1.216)	4.869
Cláusula de não concorrência	20% a.a	8.171	(3.270)	4.901	8.171	(1.636)	6.535
		491.220	(65.605)	425.615	493.470	(50.652)	442.818

(a) Ágio proveniente das aquisições em exercícios anteriores. Em atendimento ao ICPC 09, o saldo na Controladora está registrado na rubrica "Investimentos";

(b) Ativos intangíveis com vida útil indefinida;

A demonstração da movimentação do intangível é descrito abaixo:

a) Controladora

Movimentação	% taxa amortização	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017
Custo								
Software	10% a.a.	6.490	3.885	(1.084)	9.291	4.876	(13)	14.154
Amortização								
Software	10% a.a.	(4.670)	(1.639)	1.084	(5.225)	(4.876)	13	(10.088)
Total		1.820	2.246	-	4.066	-	-	4.066

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

Movimentação	Saldos em 31/12/2015	Reclassificação	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017
Custo								
Ágio								
Módulo	9.026	-	-	-	9.026	-	-	9.026
UDF	43.251	-	-	-	43.251	-	-	43.251
Unicid	126.789	-	-	-	126.789	-	-	126.789
Unifran	107.924	-	-	-	107.924	-	-	107.924
FASS	7.507	-	221	-	7.728	-	-	7.728
Colégio São Sebastião	3.028	-	-	-	3.028	-	-	3.028
CEUNSP	70.981	-	-	-	70.981	-	(7.762)	63.219
Alocação do preço de compra -								
Unifran								
Marca Unifran	11.446	206	-	-	11.652	-	-	11.652
Carteira de Alunos - Graduação	16.507	-	-	-	16.507	-	-	16.507
Carteira de Alunos - Outros	3.644	-	-	-	3.644	-	-	3.644
Pólos de Ensino	3.010	-	-	-	3.010	-	-	3.010
Licenças MEC- Medicina	3.020	-	-	-	3.020	-	-	3.020
Alocação do preço de compra - Unicid								
Marca Unicid	13.021	-	-	-	13.021	-	-	13.021
Carteira de Alunos - Graduação	15.645	-	-	-	15.645	-	-	15.645
Carteira de Alunos - Outros	942	-	-	-	942	-	-	942
Pólos de Ensino	996	-	-	-	996	-	-	996
Licenças MEC- Medicina	15.940	-	-	-	15.940	-	-	15.940
Alocação do preço de compra - FASS								
Relacionamento com clientes	509	-	-	-	509	-	-	509
Cláusula de não concorrência	899	-	-	-	899	-	-	899
Alocação do preço de compra -								
Colégio São Sebastião								
Relacionamento com clientes	936	-	-	-	936	-	-	936
Cláusula de não concorrência	282	-	-	-	282	-	-	282
Alocação do preço de compra -								
CEUNSP								
Marca	10.261	526	-	-	10.787	-	-	10.787
Relacionamento com clientes	6.085	-	-	-	6.085	-	-	6.085
Cláusula de não concorrência	8.171	-	-	-	8.171	-	-	8.171
Softwares	9.618	-	4.455	(1.376)	12.697	5.634	(122)	18.209
Total do Custo	489.438	732	4.676	(1.376)	493.470	5.634	(7.884)	491.220

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Movimentação	Saldos em 31/12/2015	Reclassificações	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017
Amortização									
Alocação do preço de compra - Univid									
	Marca Univid	(1.750)	-	(514)	-	(2.264)	(512)	-	(2.776)
	Carteira de alunos - Graduação	(12.104)	-	(3.541)	-	(15.645)	-	-	(15.645)
	Carteira de alunos - Outros	(940)	-	-	-	(940)	-	-	(940)
	Pólos de ensino	(682)	-	(200)	-	(882)	(116)	-	(998)
Alocação do preço de compra - Unifran									
	Marca Unifran	(1.120)	-	(448)	-	(1.568)	(449)	-	(2.017)
	Carteira de alunos - Graduação	(9.170)	-	(3.668)	-	(12.838)	(3.669)	-	(16.507)
	Carteira de alunos - Outros	(2.613)	-	(208)	-	(2.821)	(206)	-	(3.027)
	Pólos de ensino	(1.507)	-	(602)	-	(2.109)	(602)	-	(2.711)
Alocação do preço de compra – FASS									
	Relacionamento com clientes	(85)	-	(102)	-	(187)	(102)	-	(289)
	Cláusula de não concorrência	(150)	-	(180)	-	(330)	(180)	-	(510)
Alocação do preço de compra – Colégio São Sebastião									
	Relacionamento com clientes	(87)	-	(104)	-	(191)	(104)	-	(295)
	Cláusula de não concorrência	(47)	-	(57)	-	(104)	(55)	-	(159)
Alocação do preço de compra – Ceunsp									
	Marca	-	-	(410)	-	(410)	(410)	-	(820)
	Relacionamento com clientes	-	-	(1.216)	-	(1.216)	(1.218)	-	(2.434)
	Cláusula de não concorrência	-	-	(1.636)	-	(1.636)	(1.634)	-	(3.270)
	Softwares	(6.105)	-	(2.724)	1.318	(7.511)	(5.818)	122	(13.207)
	Total da Amortização	(36.360)	-	(15.610)	1.318	(50.652)	(15.075)	122	(65.605)
	Total	453.078	732	(10.934)	(58)	442.818	(9.441)	(7.762)	425.615

Os ativos classificados como “Software” correspondem à aquisição e custos de implementação de softwares operacionais da Companhia e suas controladas, sua taxa de amortização é fixada em 20% anuais para aquisições de sistemas de software sem prazo de vigência e 100% anuais para aquisições de sistemas de software com vigência de 12 meses.

Os ágios gerados nas aquisições são mensurados como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Ágios e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém a perda de valor recuperável é testada pelo menos anualmente.

As parcelas dos ágios não alocadas foram identificadas através de laudo de mensuração do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos e alocação do preço de aquisição dos negócios adquiridos, conforme CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

O valor de licença MEC (Ministério da Educação), que foi identificado com vida útil indefinida, de acordo com estudo preparado por empresa independente será submetido também anualmente à análise de recuperabilidade (teste de *impairment*).

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio nas aquisições de participações.

A Administração efetuou a análise de recuperabilidade de seus ativos intangíveis de vida útil indefinida e não identificou *impairment*. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos intangíveis.

A Companhia considera como Unidade Geradora de Caixa (Business Unit) cada entidade existente, conforme disposto no item 5, do CPC 01.

Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados (2017 e 2016)

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa média de desconto, e ganho de margem anual pelo período de 5 anos, conforme abaixo:

<u>Ágio na aquisição de participações</u>	<u>Taxa média de desconto</u>	<u>Valor residual do ágio em 31/12/2017</u>	<u>Taxa média de desconto</u>	<u>Valor residual do ágio em 31/12/2016</u>
Módulo	14.4%	9.026	16,4%	9.026
UDF	14.4%	43.251	16,4%	43.251
Unicid	14.4%	126.789	16,4%	126.789
Unifran	14.4%	107.924	16,4%	107.924
FASS	14.4%	7.728	16,4%	7.728
Colégio São Sebastião	14.4%	3.028	16,4%	3.028
CEUNSP	14.4%	63.219	16,4%	70.981

Taxa de desconto

A taxa de desconto das unidades geradoras de caixa (UGC) é uma taxa antes dos tributos e foi estimada baseada na experiência da Administração com os ativos destas UGCs e na média ponderada do custo de capital da Companhia.

Taxa de crescimento

Foi utilizado um período de cinco anos nas projeções dos fluxos de caixa das UGCs. A Companhia acredita ser viável o alcance dos resultados projetados para períodos superiores a cinco anos, dado sua experiência e capacidade de gestão, na integração e expansão de geração de caixa de unidades adquiridas, bem como nas características específicas que o setor possui, como baixa penetração e altas taxas de crescimento no histórico recente.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Crescimento do EBITDA projetado

O EBITDA projetado e apresentado em bases de crescimento composto anual dos planos de negócio utilizados para fins de avaliação do valor recuperável foram baseados na experiência da Administração e ajustado pelos seguintes fatores:

- Crescimento de receita através de inserção de novos produtos e serviços, reposicionamento de preços e captação de alunos advindos de novas praças;
- Ganhos de margem operacional, como participação da receita, através da inserção das melhores práticas de gestão, ganhos de escala através de renegociação com fornecedores, contínua maturação dos cursos nos campus adquiridos e desenvolvimentos de novos produtos e serviços com margens mais elevadas.

Análise de sensibilidade das premissas

A Administração identificou duas premissas principais, que são números de alunos e reajuste de mensalidades, para as quais alterações razoavelmente possíveis podem acarretar no fato de o valor contábil ser superior ao valor recuperável.

A recuperabilidade total do ágio requer taxas médias anuais de crescimento da receita de 5% e ganhos de margem anuais de 2%, principalmente pela consideração de unidades adquiridas na sua fase pré-operacional ou com baixo volume de alunos, as taxas de crescimento de receita satisfazem o valor estipulado, uma vez que a base inicial de alunos é baixa se comparado a maturação.

Os ganhos de margem são satisfatoriamente condizentes com as premissas de crescimento do EBITDA projetado, uma vez que as UGCs quando adquiridas não apresentam gestão administrativa centralizada, como também possibilita a diluição de custos através de ganhos de escala pelo crescimento de receita e introdução das melhores práticas de custo da Companhia.

Os valores utilizados nas principais premissas representam a melhor estimativa da Administração do futuro das unidades geradoras de caixa e foram baseadas em fontes internas (dados históricos) e externas.

Valorização da carteira de alunos

A valorização da carteira de alunos foi estimada através do método de Fluxo de Caixa Descontando, baseada nas informações internas de alunos remanescentes e geração de caixa destes alunos até a formatura, considerando receitas, custos diretos e índice de contribuição de outras despesas e ativos para geração deste resultado.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Licenças MEC

As licenças concedidas pelo MEC para o curso de Medicina foram estimadas através do método de mensuração pela abordagem da renda. O método é uma derivação do método do fluxo de caixa descontado. O princípio fundamental é que o valor de um ativo intangível corresponde ao valor presente das diferenças entre os fluxos de caixa de dois cenários: um considerando o cenário de geração de fluxos de caixa atual e outro considerando uma reconstrução do ativo considerando a curva de evolução necessária para que os fluxos sejam equiparados. Foi considerado um taxa de desconto de 14,0% a.a. para um período de projeção de 5 anos e 3 meses a partir da data-base, com perpetuidade.

Foram consideradas as informações gerenciais fornecidas pela administração:

- Quantidade de alunos: Foi projetado um crescimento no número de alunos considerando uma taxa de crescimento de 2,0% a.a.;
- Mensalidade: considerou-se o preço verificado nas demonstrações gerenciais na data-base da avaliação corrigido pela inflação IPCA por todo o período projetivo;
- Foi considerado um crescimento gradual do número de alunos até atingir o mesmo número observado no primeiro cenário ao final do período de projeção;
- Por conta da licença não ter vencimento e gerar benefícios futuros, considerou-se uma vida útil indefinida.

10. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora	
		31/12/2017	31/12/2016
Capital de giro	(a) Taxa CDI + taxa pré até 0,35% a.m.	36.813	40.073
Capital de giro em USD	(a) Variação cambial + cupom até 3,38% a.a.	9.440	16.337
Contratos de <i>swap</i>	(b) Taxa CDI + taxa pré até 3,98% a.a.	3.096	3.726
Conta garantida	(c) Taxa CDI + 6,17% a.a.	440	441
Contratos de arrendamento mercantil	(d) Taxa pré-fixada até 1,8% a.m.	191	992
Contratos FINAME	(e) Taxa pré 0,3274% a.m acima TLPJ	34	-
		50.014	61.569
Circulante		50.014	27.217
Não circulante		-	34.352

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Modalidade	Encargos financeiros	Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016
Capital de giro	(a) Variação CDI + taxa pré até 0,35% a.m.	34.131	44.415
Capital de giro em USD	(a) Variação cambial + cupom até 3,38% a.a.	17.814	21.452
Contratos de swap	(b) Taxa CDI + taxa pré até 3,98% a.a.	3.956	3.577
Conta garantida	(c) Taxa pré-fixada até 1,8% a.m.	680	542
Contratos de arrendamento mercantil	(d) Taxa pré-fixada até 1,8% a.m.	1.579	4.990
Contratos FINAME	(e) TJPL + taxa pré 0,32% a.m.	34	28
		58.194	75.004
Circulante		54.823	33.510
Não circulante		3.371	41.494

- (a) Refere-se aos empréstimos para o capital de giro, os quais estão sendo utilizados para expansão das atividades da Companhia;
- (b) A Companhia faz uso de operações de swap de 100% das captações em dólares norte americanos e taxas de juros fixas, trocando estas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). Esses contratos tem o prazo total da dívida e protegem os juros e o principal e são assinados nos mesmos prazos e mesma contraparte da dívida;
- (c) Conta garantida junto ao Banco Santander (Brasil) S.A.;
- (d) Refere-se substancialmente à aquisição de bens por meio de arrendamento mercantil;
- (e) Captação de linha de crédito (FINAME) junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) para construção de um ginásio esportivo e aquisição de equipamentos

As garantias prestadas para os contratos de empréstimos para capital de giro estão compostas por recebíveis. Há 4.447.462 quotas de titularidade da Companhia, correspondentes a 99,40% do capital social da controlada Módulo que se encontram alienadas fiduciariamente ao Banco Bradesco S.A., de acordo com os termos e condições previstos na Cédula de Crédito Bancário. Os contratos de arrendamento mercantil tem como garantia o próprio bem adquirido

A garantia da conta garantida é a própria carteira de títulos a receber mantida na instituição financeira.

A parcela não circulante, em 31 de dezembro de 2017 apresentava o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora	Consolidado
2019	-	2.697
2020	-	674
Total	-	3.371

Os empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas ("covenants") de vencimento antecipado ou de liquidação, dos quais resumidamente especificamos a seguir:

- se a Companhia requerer recuperação judicial ou extrajudicial, se houver o requerimento da sua falência ou na eventualidade de se verificar qualquer outro evento indicador de mudança do estado econômico-financeiro da Companhia;

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- se for movida qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar as garantias ou os direitos creditórios da Companhia;
- se a Companhia ou seus avalistas vier a inadimplir quaisquer de suas obrigações ou sofrerem protesto legítimo de títulos, sem que haja a substituição dos avalistas que vier a encontrar-se em qualquer das situações anteriores;
- se houver mudança ou transferência, a qualquer título, do controle da titularidade das ações da Companhia, incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária.

Companhia *Cláusulas restritivas* (“Covenants”)

Os empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas e não possuem cláusulas financeiras. Em 31 de dezembro de 2017 todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

11. Debêntures

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
1ª Emissão – Debentures – Cruzeiro do Sul	(a) Taxa CDI + 1,80% a.a.	69.896	85.423	69.896	85.423
1ª Emissão – Debentures – ACEF	(b) Taxa CDI + 2,85% a.a.	-	-	121.759	121.877
		69.896	85.423	191.655	207.300
Circulante		15.292	15.621	39.451	15.976
Não circulante		54.604	69.802	152.204	191.324

- a) Em 13 de dezembro de 2013, visando recursos para expansão e aquisição, foi celebrado “Instrumento particular de contrato de distribuição pública com esforços restritos de colocação (1a. Emissão) de debêntures simples, não conversíveis em ações”, de emissão da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., no valor de R\$85.000, por meio da emissão de 8.500 debêntures, com valor unitário de R\$10 (“Valor Nominal Unitário”). As debêntures são simples, não conversíveis em ações da Companhia. As debêntures tem prazo de vencimento de 7 anos contados a partir da data de emissão, com vencimento em 13 de dezembro de 2020. Foram contabilizados gastos com a emissão das debêntures no montante de R\$381 em 31 de dezembro de 2013. Este valor será amortizado mensalmente em 48 parcelas durante a vigência do contrato. O valor nominal unitário será amortizado em 48 parcelas mensais e consecutivas, a serem pagas todo dia 13 de cada mês, a partir de 13 de janeiro de 2017, sendo amortizada por parcela, da 1ª até a 47ª, a razão de 1,489996% do valor nominal líquido, e a 48ª parcela a razão de 29,969996%, totalizando assim 100% de amortização do Valor Nominal. A remuneração será paga da seguinte forma: i) com relação às seis primeiras parcelas, estas serão pagas semestralmente, a partir de 13 de junho de 2015; e ii) as demais parcelas seguintes serão pagas mensalmente, nas mesmas datas de pagamento da parcela de amortização a partir do dia 13 de janeiro de 2017. A atualização dos juros é calculada com base em 100% do D.I. e juros de 1,80% a.a.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b) Em 19 de abril de 2016, visando recursos para expansão e aquisição, foi celebrado “Instrumento Particular de Escritura Pública da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações”, de emissão da ACEF S.A., no valor de R\$122.000, por meio da emissão de 122 debêntures, com valor unitário de R\$ 1.000 (“Valor Nominal Unitário”). As debêntures são simples, não conversíveis em ações da Companhia. As debêntures têm prazo de vencimento de 67 meses e 13 dias contados a partir da data de emissão, com vencimento em 22 de dezembro de 2021. Foram contabilizados gastos com a emissão das debêntures no montante de: R\$203 (Comissão de Distribuição e Garantia Firme do Banco Bradesco) + R\$63 (comissão de estruturação do Banco Bradesco) + R\$285 (Custas e Emolumentos de 4 cartórios distintos para registro de todos os documentos da operação, inclusive garantias) + R\$150 (honorários advocatícios e de peritos) O valor nominal unitário será amortizado semestralmente, a 1ª parcela em 22 de junho de 2018, a 2ª parcela em 22 de dezembro de 2018, a 3ª parcela em 22 de junho de 2019, a 4ª parcela em 22 de dezembro de 2019, a 5ª parcela em 22 de junho de 2020, a 6ª parcela em 22 de dezembro de 2020, a 7ª em 22 de junho de 2021 e a 8ª em dezembro de 2021 (data de vencimento), sendo amortizada por parcela, da 1ª até a 7ª, a razão de 10% do valor nominal unitário, e a 8ª parcela a razão do saldo do valor nominal unitário, totalizando assim 100% de amortização do valor nominal.
- A Remuneração será paga, a partir da data de emissão, em parcelas semestrais, sendo o primeiro pagamento devido em 22 de junho de 2016 e o último pagamento na data de vencimento (ou na data em que ocorrer a declaração do vencimento antecipado ou o resgate antecipado facultativo total das debêntures). A atualização dos juros é calculada com base em 100% do D.I. e *juros de 2.85% a.a.*

Cláusulas restritivas (“Covenants”)

As debêntures contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros, o resultado da relação entre a dívida líquida e o “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization” - EBITDA da emissora não poderá ser superior a 3x. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as controladas e controladora atingiram todos os índices requeridos contratualmente

Garantias

A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (i) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Ceunsp decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (ii) alienação fiduciária da quotas da Ceunsp; (iii) alienação fiduciária do imóvel da Ceunsp localizado na cidade de Salto, Estado de São Paulo, e registrado soa a matrícula no 32.877, do Cartório do Registro de Imóveis da Cidade e Comarca de Salto; e (iv) fiança de sua controladora, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente de forma a garantir o fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações pecuniárias decorrentes das debêntures e sob condição suspensiva, nos termos do artigo 125 do Código Civil, a Companhia e o Sr. Fábio Ferreira Figueiredo alienaram fiduciariamente, em caráter irrevogável e irretroatável, em favor dos debenturistas, ações ordinárias de emissão da Unifran, correspondentes a 100% do capital social da Unifran, assim como todos os direitos políticos e econômicos a estas inerentes, nos termos do “Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças” celebrado entre a Companhia, o garantidor e o agente fiduciário.

Em 31 de dezembro de 2017, a parcela não circulante apresentava o seguinte cronograma de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2019	15.198	39.598
2020	15.198	39.598
2021	24.208	48.608
Acima de 2021	-	24.400
Total	54.604	152.204

12. Obrigações de arrendamento mercantil

	<u>Consolidado</u>			
	<u>31/12/2017</u>		<u>31/12/2016</u>	
	Valor presente	Valor presente	Valor presente	Valor presente
	Pagamentos dos mínimos	Pagamentos dos mínimos	Pagamentos dos mínimos	Pagamentos dos mínimos
Dentro de um ano	1.498	2.623	-	-
Entre um ano e cinco anos	64.400	27.317	-	-
Total arrendamento mercantil	65.898	29.940	-	-
Encargos financeiros(i)	(35.958)	-	-	-
Valor presente	29.940	29.940	-	-
Circulante	1.282			
Não circulante	28.658			

- (i) Durante o exercício de 2017 foi apropriado ao resultado do exercício como resultado financeiro o montante de R\$ 1.498, a descrição da operação foi detalhada na nota explicativa 18.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Salários a pagar	12.356	9.762	21.387	18.942
Provisão para férias e encargos	3.036	4.315	11.477	14.854
FGTS a recolher	861	856	2.742	2.664
INSS a recolher	2.260	2.078	7.695	7.034
Outras obrigações	92	72	1.194	142
Total	18.605	17.083	44.495	43.636

14. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
IRRF a recolher	3.089	2.890	8.299	7.600
Impostos retidos	607	638	1.039	1.034
ISS a recolher	1.247	1.010	4.626	4.018
IRPJ e CSLL	-	-	1.975	2.158
PIS e COFINS a recolher	357	256	1.110	950
Parcelamentos	150	214	33.743	37.999
Total	5.450	5.008	50.792	53.759
Circulante	5.410	4.869	23.049	21.270
Não circulante	40	139	27.743	32.489

Em 31 de dezembro de 2017 os saldos de parcelamentos são representados por:

Demonstrativo de parcelamento	Unicid	Unicid	UDF	CSE	Unifran	Unifran	Módulo	FASS	Colégio	Total
	(a)	(b)	(b)	(b)	(b)	(c)	(d)	(e)	(e)	
Valor original	650	49.866		237	1.475	6.323		561	265	59.377
(-) Pagamentos		(10)			(321)	-		-		(331)
Multa	130	-		9	-	-		91	65	295
Juros	505	-		161	-	-		15	-	681
Encargos	140			-	-	-		-	-	140
Saldo consolidado	1.425	49.856		407	1.154	6.323		667	330	60.162
(-) Reconhecimento dos benefícios pela redução de multa e juros	(633)	(9.364)		-	(334)	-		-	-	(10.331)
(-) Utilização de prejuízo fiscal	-	(8.565)		-	-	-		-	-	(8.565)
Saldo a pagar	792	31.927		407	820	6.323		667	330	41.266
(+) Atualização	146	21.670		100	749	8.643		22	28	31.358
(-) Pagamentos	(663)	(23.917)		(357)	(1.227)	(12.082)		(386)	(250)	(38.882)
Saldos a pagar em 31/12/2017	275	29.680		150	342	2.884		303	108	33.742

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2016 os saldos de parcelamentos são representados por:

Demonstrativo de parcelamento	Unicid	Unicid	UDF	CSE	Unifran	Unifran	Módulo	FASS	Colégio	Total
	(a)	(b)	(b)	(b)	(b)	(c)	(d)	(e)	(e)	
Valor original	650	49.866	132	237	1.475	6.323	1.450	561	265	60.959
(-) Pagamentos	-	(10)	-	-	(321)	-	-	-	-	(331)
Multa	130	-	6	9	-	-	208	91	65	509
Juros	505	-	42	161	-	-	1.213	15	-	1.936
Encargos	140	-	-	-	-	-	154	-	-	294
Saldo consolidado	1.425	49.856	180	407	1.154	6.323	3.025	667	330	63.367
(-) Reconhecimento dos benefícios pela redução de multa e juros	(633)	(9.364)	-	-	(334)	-	-	-	-	(10.331)
(-) Utilização de prejuízo fiscal	-	(8.565)	-	-	-	-	-	-	-	(8.565)
Saldo a pagar	792	31.927	180	407	820	6.323	3.025	667	330	44.471
(+) Atualização	221	20.032	24	58	720	5.336	827	7	12	27.237
(-) Pagamentos	(597)	(19.521)	(204)	(251)	(1.118)	(7.766)	(3.849)	(241)	(162)	(33.709)
Saldos a pagar em 31/12/2016	416	32.438	-	214	422	3.893	3	433	180	37.999

- a) A controlada UNICID aderiu ao parcelamento pela Lei Nº 14.129, de 11 de janeiro de 2006, onde foi instituído o programa de parcelamento incentivado PPI, destinado a promover a regularização de débitos tributários, inclusive os inscritos na dívida ativa em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2004. Sobre este parcelamento incide atualização monetária e juros de mora por mês, e pode ser liquidado em até 120 parcelas.
- b) Parcelamento REFIS IV: Em 27 de maio de 2009, as controladas Unicid e Unifran aderiram ao parcelamento por meio da Lei nº 11.941 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, a Receita Federal do Brasil (RFB) instituiu o Programa de Parcelamento Especial, denominado "REFIS IV". A opção pelos parcelamentos de que trata esta lei imposta na confissão irrevogável e irretroatável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial. Este programa permite o parcelamento, em até 180 meses, de dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2008, bem como débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da RFB, sendo obrigatória a desistência de eventual discussão judicial sobre estes débitos. Este parcelamento prevê, entre outras: (i) o abatimento de determinado percentual dos valores devidos de multa e juros, dependendo do prazo de pagamento a ser determinado pela Companhia; e (ii) a utilização do saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido dos valores remanescentes de multa e juros, cuja consolidação dos débitos ocorreu no ano de 2011.

Em 18 de junho de 2015 através da Lei 12.996 ocorreu a reabertura dos benefícios oferecidos inicialmente pela Lei nº 11.941, referente aos débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013, sendo que em 22 de agosto de 2015 a controladora CSE efetuou a migração ao parcelamento, sendo em 60 parcelas mensais em débitos previdenciários.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- c) Parcelamento PPI Município de São Paulo e Franca: A controlada Unifran aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado - PPI, destinado a promover a recuperação de créditos tributários a favor do Município, inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou não. Sobre os débitos tributários incluídos no PPI incidem atualização monetária, multa e juros de mora.
- d) Parcelamento PAEX: Em 29 de setembro de 2006, a controlada Módulo aderiu ao parcelamento do PAEX, determinado no art.1º da MP 303, que permitiu as Companhias parcelarem a totalidade dos débitos vencidos até 28 de fevereiro de 2003, junto à Secretaria da Receita Federal (SRF) e à Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN), em até 130 prestações mensais e sucessivas, sendo que a adesão ao parcelamento implicará na confissão irrevogável e irretroatável da totalidade dos débitos existentes, sujeitando-se as Companhias à aceitação plena de todas as condições estabelecidas na MP 303/2006. Conforme mencionado, a controlada aderiu ao parcelamento em 130 parcelas, com redução de 50% referente a multa de mora, sendo que o parcelamento será atualizado com base na incidência da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).
- e) Parcelamento Ordinário - Federal Dívida Ativa: A controlada FASS aderiu em 30 de Setembro de 2011 ao parcelamento ordinário, com a Receita Federal, sem redução na multa de mora e juros, suas atualizações são realizadas com base na taxa SELIC acumulada com base no mês da adesão. A mesma controlada aderiu em 12 de fevereiro de 2015 ao parcelamento ordinário, com a Receita Federal, sem redução na multa de mora e suas atualizações são realizadas com base na taxa SELIC/mês. A controlada Colégio São Sebastião aderiu em 28 de novembro de 2015 ao parcelamento ordinário, com a Receita Federal, sem redução na multa de mora e suas atualizações são realizadas com base na taxa SELIC.

15. Partes relacionadas

Controladora

	31/12/2017			31/12/2016		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Com controladas						
UDF (b)	-	-	-	750	-	-
	-	-	-	750	-	-
Outras partes relacionadas						
Motriz Participações Ltda.	-	62	(708)	-	29	(337)
FP incorporadora Ltda. (a)	-	311	(3.733)	-	290	(3.410)
HG Cruzeiro do Sul Empr. e Participações S.A. (a)	-	412	(4.926)	-		
	-				386	(4.532)
	-	785	(9.367)	750	705	(8.279)

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

	31/12/2017		31/12/2016	
	Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
Outras partes relacionadas				
Motriz Participações Ltda.	814	(6.115)	250	(2.907)
FP incorporadora Ltda. (a)	311	(3.733)	290	(3.410)
HG Cruzeiro do Sul Empr. e Participações S.A. (a)	624	(7.395)	547	(6.721)
	1.749	(17.243)	1.087	(13.038)

(a) Refere-se as despesas de aluguéis dos seguintes imóveis: Campus São Miguel Paulista, Anália Franco e Pinheiros, Ginásio de Esportes, Clínica Veterinária, UDF e Módulo.

(b) Refere-se a empréstimo para controladora UDF, realizado em 29 de dezembro de 2016, recebido em 02 de janeiro de 2017.

Os contratos de aluguéis foram celebrados considerando os preços cobrados na média por imóveis do mesmo porte e na mesma região, baseados em laudos emitidos por empresas especializadas.

Remuneração dos administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações é de responsabilidade da Assembleia Geral, fixar o montante global ou individual da remuneração dos administradores. Em dezembro de 2017, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$6.129(R\$4.410 em dezembro de 2016), a qual está dentro dos limites aprovados em assembleia de geral juntamente com as contas anuais em consonância com o orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração. A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

16. Provisão para demandas judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a contingências e riscos. A provisão para demandas judiciais é estabelecida por valores atualizados, para questões trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias judiciais, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, nos casos em que a perda é considerada provável.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as contingências provisionadas estão relacionadas a processos cíveis, tributários e trabalhistas, e estão demonstradas a seguir

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Processos cíveis	5.071	5.109	8.726	6.851
Processos trabalhistas	1.121	1.173	12.805	11.522
Total	6.192	6.282	21.531	18.373

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da provisão para demandas judiciais está descrito abaixo:

	Controladora			
	Cíveis	Tributários	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	4.553	42	359	4.954
Adições / (Reversões)	556	(42)	814	1.328
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.109	-	1.173	6.282
Adições / (Reversões)	(38)	-	(52)	(90)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.071	-	1.121	6.192

	Consolidado			
	Cíveis	Tributários	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	6.574	212	11.123	17.909
Adições / (Reversões)	277	(212)	399	464
Saldos em 31 de dezembro de 2016	6.851	-	11.522	18.373
Adições / (Reversões)	1.875	-	1.283	3.158
Saldos em 31 de dezembro de 2017	8.726	-	12.805	21.531

As obrigações acessórias entregues pela Companhia estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais.

Processos cíveis com perda provável

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza jurídica e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão (consolidado) no montante de R\$ 8.726 em 31 de dezembro de 2017 (sendo R\$ 6.851 em 31 de dezembro de 2016).

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais decorrentes de supostas cobranças indevidas ou alegação de vícios nos serviços prestados, de natureza acadêmica e operacional.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ações relevantes

O Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública em 2007 contra a Módulo, Cruzeiro do Sul, e diversas outras universidades questionando a cobrança de taxa de emissão de diploma. A ação foi julgada parcialmente procedente somente para que as universidades não mais cobrassem taxas para expedição de diplomas. Em segunda instância, as universidades foram condenadas também a devolver, em dobro, os valores cobrados de alunos e ex-alunos no período de cinco anos anteriores à citação na ação, acrescidos de juros e correção monetária. Foi interposto recurso pelas universidades e o processo encontra-se no STJ para reexame da matéria. Foi estimado e provisionado o valor total de R\$1.975 para suportar perdas nesse processo.

O Ministério Público Federal ajuizou também Ação Civil Pública em 2005 contra a controlada Módulo com o intuito de que o Poder Judiciário analisasse todas as cláusulas do contrato de prestação de serviços educacionais da época e sua adequação à legislação consumerista. Foi proferida sentença determinando a anulação de algumas cláusulas do contrato de prestação de serviços da época e determinando alterações nas mesmas. Interposto recurso de apelação pelo Ministério Público Federal, foi dado provimento para determinar que as mensalidades cobradas pela instituição sejam proporcionais à quantidade de horas e disciplinas cursadas para os alunos cursando dependências e adaptações. A instituição interpôs recurso, que aguarda julgamento, sendo que o valor histórico dado à causa é de R\$200, entretanto o valor de eventual perda só poderá ser calculado em liquidação de sentença e será equivalente aos prejuízos eventualmente causados a alunos e ex-alunos com base nas cláusulas que estariam em desacordo com a lei consumerista, de acordo com a sentença.

A Companhia figura como ré em ação cível proposta pelos proprietários de imóvel locado onde funciona atualmente o campus Liberdade da Universidade Cruzeiro do Sul. A ação visa a revisão do aluguel mensal vigente. A sentença fixou novo valor de aluguel, que passou a ser pago pela Companhia após referido arbitramento. Foi interposto recurso pela Companhia, que está pendente de julgamento. De acordo com o parecer dos consultores jurídicos da Companhia, o risco de perda provável é estimado em R\$2.547, devidamente provisionado.

Processos tributários com perda provável

As provisões tributárias são principalmente decorrentes de discussões administrativas e judiciais referentes a imunidade tributária e contribuições sociais. Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza jurídica e, para suportar a reversão do valor provisionado no trimestre anterior, decorrente a quitação do débito.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Processos trabalhistas com perda provável

Os processos trabalhistas discutem em geral horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício e/ou de atividade de docência, equiparação salarial, adicional noturno, intervalo intra e interjornada, diferenças de salário por redução de carga horária de docentes e indenizações por não cumprimento de acordo coletivo. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações trabalhistas e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração da Companhia mantém (consolidado) a provisão de R\$ 12.805 em 31 de dezembro de 2017 (R\$11.522 em 31 de dezembro de 2016).

Ressarcimento para perdas cíveis, tributários e trabalhistas

Parte dos processos da controlada Unucid referem-se a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários da Unucid, anteriores à aquisição pela Companhia, sendo então contingências de responsabilidade dos ex-proprietários. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nesses processos, a Companhia e suas controladas possuem garantias contratuais de ressarcimento, as quais poderão ser compensadas com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários da Unucid, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de quotas celebrado entre as partes. Além do desembolso efetuado com base no percentual de responsabilidade da nova gestão, ao passo que o desembolso residual fica a cargo dos patronos dos ex-proprietários.

Parte dos processos da controlada Unifran referem-se integralmente a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários da Unifran, anteriores à aquisição pela Companhia, sendo de responsabilidade dos ex-proprietários. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nesses processos que excedam o valor de R\$ 14.000, da mesma forma, a Companhia e suas subsidiárias possuem garantias contratuais de ressarcimento, as quais poderão ser compensadas com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários da Unifran, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes.

Parte dos processos da controlada CEUNSP referem-se integralmente a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários, anteriores à aquisição pela Companhia, sendo de responsabilidade dos ex-proprietários. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nesses processos, a Companhia e suas subsidiárias possuem garantias contratuais de ressarcimento, as quais poderão ser compensadas com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários do CEUNSP, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Processos com perda possível

A Companhia possui processos classificados como probabilidade de perda possível, os quais não possuem provisão registrada conforme apresentado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Processos cíveis	3.204	1.333	11.041	8.955
Processos tributários	28.008	22.815	42.048	36.142
Processos trabalhistas	39	2.003	3.215	7.690
Total	31.251	26.151	56.304	52.787

Processos cíveis com perda possível

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor apurado no consolidado, em 31 de dezembro de 2017, era de R\$11.041 (R\$8.955 em 31 de dezembro de 2016).

Dentre vários processos cíveis com risco de perda possível podemos destacar:

Ação indenizatória proposta contra a controlada Unifran por estudantes que alegam terem sido vítimas de estelionato por indivíduo que se passava por tutora e representante de polo de cursos supostamente ofertados pela Unifran na cidade de Nova Ponte - MG, tendo matriculado tais alunos, realizado atividades e recebido valores de mensalidades, sem o conhecimento e autorização da Unifran. Pleiteiam o reconhecimento das atividades realizadas perante a suposta tutora, regularização de sua vida acadêmica, convalidação dos estudos sem custos. Alternativamente, na impossibilidade de convalidação, pleitearam a restituição dos valores pagos a título de mensalidade, cujo valor não foi indicado na inicial e indenização por danos morais. Foi considerado pelos advogados o valor de R\$ 40 como perda possível.

Processos tributários com perda possível

Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza tributária com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$ 42.048 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 36.142 em 31 de dezembro de 2016).

Processos trabalhistas com perda possível

Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza trabalhista com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$ 3.215 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 7.690 em 31 de dezembro de 2016).

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Obrigações por aquisições de participações societárias.

	<i>UNIFRAN</i>
Saldos em 31/12/2015	<u>15.026</u>
(+) Aquisição	-
(+) Juros	1.054
(-) Pagamento	<u>(5.357)</u>
Saldos em 31/12/2016	<u>10.723</u>
Circulante	3.223
Não circulante	7.500
(+) Aquisição	-
(+) Juros	(53)
(-) Pagamento	<u>(2.655)</u>
Saldos em 31/12/2017	<u>8.015</u>
Circulante	3.015
Não circulante	5.000

18. Receita diferida

Saldos em 31/12/2016	<u>-</u>
(+) receita diferida com venda de imóvel	14.442
(-) Apropriação	<u>(602)</u>
Saldos em 31/12/2017	<u>13.840</u>
Circulante	842
Não Circulante	12.998

Propriedade de arrendamento mercantil

A controlada indireta Ceunsp celebrou em 20 de março de 2017 o compromisso de venda e compra de bem imóvel com Motriz Participações Ltda, em seguida realizou o arrendamento do imóvel, no mesmo dia, essa operação foi tratada com o conceito de que trata o CPC 06, sendo o contrato de arrendamento realizado com o prazo de vinte anos.

O valor da venda foi de R\$ 25.500 "vide notas explicativa 6" com recebimento de acordo com o fluxo de pagamento estipulados em contrato. O ganho de capital com o arrendamento foi de R\$ 14.442, sendo está receita contabilizada em receitas diferidas, para apropriações mensais durante 20 anos.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em ato contínuo, foi celebrado o contrato de arrendamento mercantil, cujo objeto foi a contratação do direito de utilização da propriedade em poder da Motriz Participações Ltda, para utilização em sua atividade operacional, pelo prazo de 20 anos, no valor de R\$67.023, a ser pago em 240 parcelas, ajustado pelo IGPM, com prorrogações onerosas previstas, após esse prazo, conforme descrito na nota explicativa 12.

19. Mudanças nos passivos

Controladora						
31 de dezembro de 2017						
	Em 1º de janeiro de 2017	Fluxos de caixa	Juros + Var. Camb. e Monetárias	Novas captações	Outros (*)	Em 31 de dezembro de 2017
Empréstimos e financiamentos circulante	27.217	(18.552)	6.997	-	34.352	50.014
Empréstimos e financiamentos não circulante	34.352	-	-	-	(34.352)	-
Debêntures a pagar circulante	15.621	(24.408)	8.881	-	15.198	15.292
Debêntures a pagar não circulante	69.802	-	-	-	(15.198)	54.604
Total	146.992	(42.960)	15.878	-	-	119.910
Consolidado						
31 de dezembro de 2017						
	Em 1º de janeiro de 2017	Fluxos de caixa	Juros + Var. Camb. e Monetárias	Novas captações (*)	Outros (*)	Em 31 de dezembro de 2017
Empréstimos e financiamentos circulante	33.510	(25.892)	9.082	-	38.123	54.823
Empréstimos e financiamentos não circulante	41.494	-	-	-	(38.123)	3.371
Debêntures a pagar circulante	15.976	(40.131)	24.486	-	39.120	39.451
Debêntures a pagar não circulante	191.324	-	-	-	(39.120)	152.204
Obrigações de arrendamento mercantil circulante	-	(2.622)	1.498	2.406	-	1.282
Obrigações de arrendamento mercantil não circulante	-	-	-	28.658	-	28.658
Obrigações por aquisição de participação societária circulante	3.223	(2.655)	(53)	-	2.500	3.015
Obrigações por aquisição de participação societária não circulante	7.500	-	-	-	(2.500)	5.000
Derivativos (swap)	537	-	-	-	(152)	385
Total	293.564	(71.300)	35.013	31.064	(152)	288.189
(*) Efeito não caixa						
Controladora						
31 de dezembro de 2016						
	Em 1º de janeiro de 2015	Fluxos de caixa	Juros + Var. Camb. e Monetárias	Novas captações	Outros (*)	Em 31 de dezembro de 2016

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empréstimos e financiamentos circulante	45.486	(39.246)	11.791	15.000	(5.814)	27.217
Empréstimos e financiamentos não circulante	28.538				5.814	34.352
Debêntures a pagar circulante	337	(13.152)	13.238		15.198	15.621
Debêntures a pagar não circulante	85.000				(15.198)	69.802
Total	159.361	(52.398)	25.029	15.000	-	146.992

Consolidado

	31 de dezembro de 2016					
	Em 1º de janeiro de 2015	Fluxos de caixa	Juros + Var. Camb. e Monetárias	Novas captações	Outros (*)	Em 31 de dezembro de 2016
Empréstimos e financiamentos circulante	174.479	(55.985)	23.195	15.291	(123.470)	33.510
Empréstimos e financiamentos não circulante	39.980	-	-	-	1.514	41.494
Debêntures a pagar circulante	337	(26.080)	26.091	-	15.628	15.976
Debêntures a pagar não circulante	85.000	-	-	-	106.324	191.324
Obrigações por aquisição de participação societária circulante	5.026	(5.357)	1.054	-	2.500	3.223
Obrigações por aquisição de participação societária não circulante	10.000	-	-	-	(2.500)	7.500
Derivativos (swap)	(11.113)	-	-	-	11.650	537
Total	303.709	(87.422)	50.340	15.291	11.646	293.564

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia era de R\$ 88.875 (R\$ 68.372 em 31 de dezembro de 2016) composto por 7.633.056 (7.633.056 em 31 de dezembro de 2016) ações ordinárias, nominativas e sem valores nominais, totalmente integralizadas e a composição acionária é demonstrada a seguir:

Acionistas	31/12/2017		31/12/2016	
	Ações	% Part.	Ações	% Part.
D2HFP - Fundo de Investimento em Participações	2.157.687	28,27%	2.272.183	29,77%
Fundo de Investimento e Participações Alfa 7	2.157.687	28,27%	2.272.183	29,77%
Actis ED Fundo de Investimento em Participações	-	0,00%	2.829.799	37,07%
Cruze Participações S/A	3.317.682	43,46%	-	0,00%
Acionista Pessoa Física	-	0,00%	258.891	3,39%
Ações em tesouraria	-	0,00%	-	0,00%
	7.633.056	100%	7.633.056	100%

- i. Em 01 de maio de 2016, houve aumento de capital de R\$37.883, através da reserva para futuro aumento de capital, porém não houve alteração nas ações, que totalizam 7.661.456 ações.
- ii. Em 31 de outubro de 2016, houve cancelamento de ações em tesouraria, alterando o número de ações para 7.633.056 ações.
- iii. Em 21 de março de 2017, houve a venda das ações da Actis ED Fundo de investimento em participações e acionistas minoritários, que representavam 40,46% das ações, detentores de 3.088.690 ações, para a entrada do fundo Cruze participações, porém o número total de ações não sofreu alteração, permanecendo em 7.633.056 ações.
- iv. Em 14 de abril de 2017, houve aumento de capital de R\$14.225, através da reserva para futuro aumento de capital, porém não houve alteração nas ações, que totalizam 7.633.056 ações.
- v. Em 26 de outubro de 2017, houve aumento de capital de R\$6.178, através da reserva de retenção de lucros, porém não houve alteração nas ações, que totalizam 7.633.056 ações.

b) Ações em tesouraria

Em 16 de março de 2016, a Companhia efetuou a aquisição de 13.860 novas ações no montante de R\$1.526.

Em 31 de outubro de 2016, houve o cancelamento das 28.400 ações mantidas em tesouraria.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ação.

d) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404.76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. Conforme disposto no artigo 199 da Lei nº 11.638/07, o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social, cabendo à Assembleia deliberar sobre a aplicação desse excesso no aumento de capital ou distribuição de dividendos.

e) Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme a lei das sociedades por ação.

A destinação do lucro líquido apurado nos exercícios de 2017 e 2016 está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício	94.121	76.181
Base para Reserva legal	94.121	76.181
Apropriação para reserva legal (i)	(4.706)	(3.809)
Base para dividendo mínimo obrigatório	89.415	72.372
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	22.354	18.093
Destinação para a reserva de retenção de lucros	28.793	40.054
Reserva para futuro aumento de capital (ii)	38.268	14.225

(i) A Administração da Companhia destinou parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal até o montante equivalente a 20% do capital social;

(ii) O Art. 199 da Lei das S.A. prevê que o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Desta forma, a Administração destinou o montante de R\$38.378 (R\$14.225 em 31 de dezembro de 2016) do saldo da reserva de lucros na forma de aumento de capital a ser deliberado em Assembleia Geral Ordinária.

Em 2017 a Companhia aprovou distribuição de dividendos adicional de R\$ 6.918 (R\$ 5.980 em 2016).

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Lucro por ação

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Lucro por ação (básico e diluído)	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	94.121	76.181
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	7.633.056	7.656.710
Lucro por ação em R\$	12,33	9,95

22. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

22.1 Instrumentos financeiros

As atividades da Companhia e/ou suas controladas as expõem a diversos riscos de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e/ou suas controladas apresentam exposições aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam apenas o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos, financiamentos, debêntures e aplicações financeiras.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variação nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia aos riscos de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos, debêntures e as aplicações financeiras, sujeitos a taxas de juros variáveis.

As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 4 e sobre empréstimos e financiamentos e debêntures estão mencionadas nas Notas 10 e 11, respectivamente.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Sensibilidade à taxa de juros

Os instrumentos financeiros ativos da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2017, se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da CDI para as aplicações financeiras, os empréstimos, financiamentos e debêntures. No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, na data do vencimento da operação, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado obtidas através do relatório FOCUS do Banco Central do Brasil. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo do instrumento financeiro. A Companhia considerou uma deterioração de 25% e 50% para as variáveis de risco.

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade preparada pela administração da Companhia e o efeito das operações em aberto considerando um ano de correção a partir de 31 de dezembro de 2017:

Cenário em 31 de dezembro de 2017 (Controladora)

Operação	Risco	Taxa	31/12/2017	Provável	Varição de 25%	Varição de 50%
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	(CDI-6,5%)	4.179	3.907	3.717	3.780
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI-6,5%)	50.014	53.265	57.593	58.458
	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI-6,5%)	69.896	74.439	80.487	81.697

Cenário em 31 de dezembro de 2017 (Consolidado)

Operação	Risco	Taxa	31/12/2017	Provável	Varição de 25%	Varição de 50%
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	(CDI-6,5%)	76.410	71.443	67.960	69.121
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI-6,5%)	54.823	58.386	63.130	64.079
	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI-6,5%)	42.822	45.605	49.311	50.052
Obrigações de arrendamento mercantil	Dívida (Risco de perda em função do aumento do IGP-M)	(IGPM-0,53%)	29.940	29.781	29.584	29.545

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco cambial

A exposição da Companhia e/ou suas controladas ao risco de variação nas taxas de câmbio é aplicável principalmente a empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira.

O risco cambial pode impactar significativamente o resultado financeiro líquido da Companhia e/ou suas controladas em função dos empréstimos contratados em moeda estrangeira. Para gerenciar este risco, a Companhia e/ou suas controladas utilizam contratos de swaps.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos e aplicações financeiras em bancos e instituições financeiras.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

Representado pela possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de seus alunos.

O risco de crédito dos alunos é administrado pela Companhia e por cada controlada, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a este risco. O saldo a receber de mensalidades é denominado em Reais e a Administração monitora o risco do saldo a receber dos alunos e são cobradas mensalmente com base no contrato firmado entre a Companhia e os alunos.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gestão financeira da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A Companhia e suas controladas têm como política, a aplicação de recursos em bancos de primeira linha e, em aplicações com baixo nível de exposição e alto nível de liquidez. Praticamente, todo o excesso de caixa é aplicado em certificados de depósito bancário e operações compromissadas emitidas por estas instituições. A Companhia evita aplicações em fundos de investimentos em que há risco de ativo desconhecidos.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas, empréstimos bancários e arrendamento mercantil financeiro. A tabela a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Passivos financeiros	31/12/2016							
	Controladora				Consolidado			
	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	27.217	20.852	13.500	61.569	33.510	26.700	14.794	75.004
Debêntures	15.621	30.396	39.406	85.423	15.976	79.195	112.129	207.300
Fornecedores	8.474	-	-	8.474	20.204	-	-	20.204
Obrigações tributárias	4.869	139	-	5.008	21.270	16.311	16.178	53.759
Obrigações por aquisição de obrigações societárias	-	-	-	-	3.223	5.000	2.500	10.723
Total	56.181	51.387	52.906	160.474	94.183	127.206	145.601	366.990

Passivos financeiros	31/12/2017							
	Controladora				Consolidado			
	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	1 ano	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	50.014	-	-	50.014	54.823	3.371	-	58.194
Debêntures	15.292	30.396	24.208	69.896	39.451	79.196	73.008	191.655
Fornecedores	7.918	-	-	7.918	16.608	-	-	16.608
Obrigações tributárias	5.410	40	-	5.450	23.049	15.424	12.319	50.792
Obrigações por aquisição de obrigações societárias	-	-	-	-	3.015	2.500	2.500	8.015
Obrigações de arrendamento mercantil	-	-	-	-	1.282	1.562	27.096	29.940
Total	78.634	30.436	24.208	133.278	138.228	102.053	114.923	355.204

Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e um razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles, ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e optou por apresentar o consolidado por considerar mais relevante:

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos	54.238	71.427
Derivativos	3.956	3.577
Debêntures	191.655	207.300
Obrigações de arrendamento mercantil	29.940	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(76.410)	(43.878)
(=) Dívida líquida	203.379	238.426
Patrimônio líquido	377.796	312.947
Dívida líquida e patrimônio líquido	581.175	551.373

22.2 Valor justo

A tabela abaixo apresenta a comparação entre o valor contábil e o valor justo dos principais ativos e passivos financeiros da controladora:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	4.179	8.368	4.179	8.368
Contas a receber	35.237	27.162	35.237	27.162
Outros créditos	4.080	2.380	4.080	2.380
Total	43.496	37.910	43.496	37.910
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	46.918	57.843	49.717	60.200
Derivativos	3.096	3.726	3.096	3.726
Debêntures	69.896	85.423	69.521	89.142
Fornecedores	7.918	8.474	7.918	8.538
Total	127.828	155.466	130.252	161.606

A tabela abaixo apresenta a comparação entre o valor contábil e o valor justo dos principais ativos e passivos financeiros consolidados:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	76.410	45.665	76.410	45.665
Contas a receber	127.043	112.246	127.043	112.246
Outros créditos	36.441	7.219	36.441	7.219
Total	239.894	165.130	239.894	165.130
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	54.238	71.427	57.848	76.640
Derivativos	3.956	3.577	3.956	3.577
Debêntures	191.655	207.300	190.045	217.116
Fornecedores	16.608	20.204	16.608	20.204
Obrigações por aquisição de participação societária	8.015	10.723	8.015	10.804
Obrigações de arrendamento mercantil (Nota 22)	29.940	-	29.781	-
Total	304.412	313.231	306.253	328.341

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.2 Estimativa do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados ou divulgados a valor justo são classificados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A tabela abaixo apresenta os ativos da Companhia mensurados pelo valor justo, sendo:

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2017				31 de dezembro de 2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Empréstimos e financiamentos	-	17.814	-	17.814	-	21.452	-	21.452
Derivativos	-	3.956	-	3.956	-	3.577	-	3.577
	-	21.770	-	21.770	-	25.029	-	25.029

22.3 Instrumentos financeiros derivativos

As operações de swap são classificadas como hedge de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (dólares americanos) convertendo a dívida em moeda local.

Operações desta natureza foram contratadas pela primeira vez no ano de 2015 e consideraram os mesmos termos de valores, prazos e taxas e realizadas com a mesma instituição financeiras ("contraparte"). Em 31 de dezembro de 2017 o valor referência dos contratos em aberto era R\$22.004 (R\$19.111 em 31 de dezembro de 2016).

As operações de hedge contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de proteção (*hedge accounting*), a dívida objeto da proteção é também considerada ao seu valor justo, conforme demonstrado abaixo:

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Consolidado			
		Valor de referência	Valor de referência	Valor justo	Valor justo
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Objeto de hedge - dívida (USD + taxa juros fixa)	Variação cambial + 3,20% a.a.	22.004	19.111	17.814	21.452
		22.004	19.111	17.814	21.452
Ponta ativa swap (USD + taxa juros fixa)	Variação cambial + 3,20% a.a.	(22.004)	(19.111)	(17.814)	(21.452)
Ponta passiva swap (CDI + spread)	CDI + 2,94% a.a.	22.004	19.111	21.770	25.029
Posição hedge líquida a pagar / (a receber)		-	-	3.956	3.577
Empréstimos e financiamentos, líquido (apenas contratos protegidos)		-	-	17.814	21.452

Ganhos e perdas realizados e não realizados referente a estes contratos são registrados no resultado financeiro líquido e o saldo a receber pelo seu valor justo era de R\$3.956 em 31 de dezembro de 2017 (R\$3.577 em 31 de dezembro de 2016) e está registrado na rubrica de "Empréstimos e financiamentos".

Os valores justos dos instrumentos financeiros são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas do CDI e descontando-os ao valor presente, usando taxas de mercado do CDI para swap, ambas divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores de mercado dos swaps de cupons cambiais versus CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data em que as demonstrações financeiras são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda também divulgadas pela BM&FBovespa.

A posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2017 está apresentada a seguir:

				Consolidado	
				2017	2016
Descrição	Contraparte	Valor de referência	Vigência	Ao valor justo	Ao valor justo
Swap cambial USD x CDI	Itaú BBA	USD 3.000	12/11/2015 a 12/02/2020	860	(149)
Swap cambial USD x CDI	Itaú BBA	USD 3.000	20/01/2016 a 22/01/2018	3.096	3.726
				3.956	3.577

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	94.121	76.181	96.341	77.537
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto pela alíquota combinada	(32.001)	(25.901)	(32.756)	(26.363)
Adições:				
Despesas não dedutíveis (i)	(10.675)	(13.607)	(26.327)	(21.242)
Exclusões:				
Outras exclusões	967	1.564	3.821	4.031
Equivalência patrimonial	41.709	37.944		-
Outros itens:				
Compensação de prejuízos fiscais	-	-	2.473	2.278
Isenção – PROUNI	-	-	50.570	39.940
Imposto de renda e contribuição social no resultado no exercício	-	-	(2.220)	(1.356)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	(2.220)	(1.356)

(i) As principais adições são oriundas das provisões para demandas judiciais e a amortização de intangíveis alocados em combinações de negócios das controladas diretas SECID, ACEF e das indiretas FASS, COLÉGIO e CEUNSP, que de acordo com o Regulamento do Imposto de Renda (RIR), artigos 249 (provisão) e 386 (ágio), não são despesas dedutíveis.

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Receita líquida

A tabela a seguir apresenta a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta				
Cursos de graduação	444.345	362.683	1.697.759	1.330.236
Cursos de pós-graduação	68.316	45.793	99.333	68.508
Cursos técnicos e colégio	15.608	13.978	45.912	42.938
Outras receitas	2.733	3.420	5.904	8.181
	531.002	425.874	1.848.908	1.449.863
Deduções da receita bruta				
Bolsa de estudo e descontos concedidos	(213.388)	(161.047)	(776.615)	(543.468)
Devoluções de mensalidades e taxas	(17.921)	(2.234)	(40.173)	(6.814)
Tributos	(10.446)	(8.808)	(30.647)	(26.051)
Receita líquida	289.247	253.785	1.001.473	873.530

25. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Salários e encargos sociais	(151.007)	(131.937)	(453.132)	(415.183)
Depreciação de imobilizado	(4.242)	(4.040)	(19.250)	(16.687)
Amortização do software	(4.876)	(1.639)	(5.818)	(2.724)
Amortização do intangível	-	-	(9.257)	(12.886)
Aluguel e condomínio	(25.328)	(23.489)	(66.355)	(62.297)
Energia elétrica, água e telefone	(4.064)	(4.009)	(12.763)	(12.939)
Utilidades, limpeza e segurança	(7.330)	(6.581)	(21.190)	(18.576)
Publicidade e propaganda	(28.444)	(20.011)	(46.270)	(32.399)
Serviços de terceiros	(27.467)	(23.233)	(85.646)	(64.678)
Manutenção e reparos	(3.759)	(3.758)	(9.975)	(10.328)
Materiais de consumo	(4.890)	(4.582)	(13.336)	(13.173)
Provisão para demandas judiciais	90	(1.328)	(3.158)	(464)
Custos com parceria	(17.416)	(17.960)	(26.860)	(22.969)
Custos pedagógicos	(2.200)	(2.217)	(4.615)	(5.397)
Despesas com provisão para crédito de liquidação duvidosa	(12.217)	(12.679)	(44.856)	(35.943)
Baixas de imobilizado e intangível	(1)	-	(25.626)	-
Outras	(4.225)	(4.499)	(7.560)	(12.830)
	(297.376)	(261.962)	(855.667)	(739.473)
Classificadas como:				
Custos dos serviços prestados	(203.681)	(182.918)	(579.398)	(525.566)
Despesas gerais e administrativas	(73.867)	(59.286)	(178.657)	(147.368)
Depreciação e amortização	(9.118)	(5.679)	(34.325)	(32.297)
Despesas com provisão para crédito de liquidação duvidosa	(12.217)	(12.679)	(44.856)	(35.943)
Outras despesas operacionais, líquidas	1.507	(1.400)	(18.431)	1.701
	(297.376)	(261.962)	(855.667)	(739.473)

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Resultado financeiro

26.1. Receitas financeiras

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas sobre aplicações financeiras	72	544	3.475	4.714
Juros e encargos recebidos sobre mensalidades	405	1.170	1.606	2.267
Outras receitas	25	29	42	63
Total das receitas financeiras	502	1.743	5.123	7.044

26.2. Despesas financeiras

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Juros sobre obrigações a pagar de aquisição de controladas	-	-	-	(1.054)
Descontos concedidos sobre mensalidades em atraso	(1.822)	(537)	(5.960)	(2.372)
Tarifas bancárias	(1.966)	(1.671)	(6.605)	(4.879)
IOF	(75)	(50)	(330)	(330)
Juros bancários e multas	(1.184)	(1.752)	(6.627)	(5.643)
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos	(6.997)	(11.791)	(9.082)	(23.195)
Encargos financeiros sobre debentures	(8.827)	(13.184)	(24.280)	(25.971)
Amortização do custo de captação	(54)	(54)	(206)	(120)
Ajuste a valor presente	-	-	(1.498)	-
Total despesas financeiras	(20.925)	(28.985)	(54.588)	(63.564)

27. Compromissos

A Companhia contratou arrendamentos comerciais para determinados bens. Esses arrendamentos têm vida média entre três e cinco anos, sem previsão contratual para opção de renovação.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar sobre arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 31 de dezembro são os seguintes:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Dentro de um ano	66.572	55.918
Após um ano, mas menos de cinco anos	195.573	182.162
Mais de cinco anos	254.522	232.864
	<u>516.667</u>	<u>470.943</u>

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As tabelas abaixo apresentam os compromissos referentes a arrendamentos mercantis financeiros:

	Controladora			
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
	Pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos	Pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos
Dentro de um ano	324	191	1.042	841
Entre um e cinco anos	-	-	168	150
Total arrendamento mercantil	324	191	1.210	992
Encargos financeiros	(133)	-	(218)	-
Valor presente	191	191	992	992

	Consolidado			
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
	Pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos	Pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos
Dentro de um ano	2.223	1.579	4.781	3.765
Entre um e cinco anos	-	-	1.456	1.225
Total arrendamento mercantil	2.223	1.579	6.238	4.990
Encargos financeiros	(644)	-	(1.248)	-
Valor presente	1.579	1.579	4.990	4.990

28.Seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela Administração.

A tabela abaixo apresenta as importâncias seguradas em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Importância segurada	
	31/12/2017	31/12/2016
Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza	574.500	574.500
Perda ou pagamento de aluguel	49.000	49.000
Impacto de veículo terrestre e demais aéreo e/ou espacial	1.050	1.050
Roubo de bens	10.500	10.500
Danos elétricos	1.190	1.190
Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores	30.000	30.000
Outros	4.843	4.843
	671.083	671.083

29.Eventos subsequentes

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- i) Em 6 de fevereiro de 2018 a Cruzeiro do Sul Educacional S.A. celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, com a Veritas Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, sob o controle da Advent, da totalidade das ações da Veritas Educacional A Participações S.A. detentoras da Sociedade Educacional Santa Rita S.A. (Centro Universitário da Serra Gaúcha - FSG; Faculdade de Tecnologia da Serra Gaúcha – FTSG), CESUCA – Complexo de Ensino Superior de Cachoeirinha Ltda (CESUCA – Faculdade Inedi), Sociedade Educacional Santa Tereza Ltda, e Sociedade Educacional São Bento Ltda. (Faculdade da Serra Gaúcha de Bento Gonçalves), o qual foi cedido à sua controlada ACEF S.A. Em 06 de março de 2018 a operação foi aprovada pelo CADE sem restrições. As Instituições adquiridas oferecem ensino superior desde 1999 e conta com dezenas de cursos de graduação, pós-graduação e extensão e somam mais de 12 mil alunos presenciais e a distância.”
- ii) Em 22 de janeiro de 2018 a Companhia quitou um empréstimo de R\$15.000 captado para ampliação do campus UDF e campus Módulo.